JÔ SOARES MINO CARTA LEMBRA O AMIGO CUJA PLATEIA TINHA O TAMANHO DO BRASIL. CRIADOR DE PERSONAGENS INESQUECÍVEIS, O ARTISTA MÚLTIPLO SEMEOU BOM HUMOR POR ONDE PASSOU. NA DITADURA, DESAFIOU, COM INTELIGÊNCIA E GRAÇA, JARARACAS E CASCAVÉIS

CartaCapital

cartacapital.com.br

basset editora

ANO XXVIII Nº 1221 R$ 27,90
17 DE AGOSTO DE 2022

9 771809 669002 01221

O GUARDIÃO

COMO ALEXANDRE DE MORAES SE PREPARA PARA COMANDAR A MAIS TENSA E DECISIVA ELEIÇÃO DOS ÚLTIMOS 30 ANOS

Somos todos Caixa Econômica Federal, instituição fundamental para a estabilização econômica e para a manutenção do nível do emprego e da renda, vinculados à expansão da demanda agregada do país. O que nos move é o sentimento do abraço que se entrelaça com outros braços para a partilha, o cuidado e o amparo da coisa pública, juntos e misturados com o povo brasileiro.

Classificamos a Caixa Econômica como instituição financeira pública símbolo da competência e sucesso do país. Defendê-la é um ponto de honra. Falamos de um banco com projetos sociais em todo o Brasil. Não imaginamos o nosso país sem um banco com a capilaridade da Caixa, imprescindível para a justiça social. Ser patriota é defender o que é nosso.

A campanha #SOMOSTODOSCAIXA possui a força de uma semente, com raízes, troncos, ramos, folhas, flores e frutos fincados no chão da cidadania do nosso país. A Caixa representa a alternativa que o Brasil deve abraçar para

#SOMOSTODOSCAIXA

a retomada de um desenvolvimento saudável e sustentável, com oferta de crédito e investimentos públicos em habitação, saneamento e infraestrutura.

A valorização de todas as empregadas e todos os empregados do banco poderá ajudar o Brasil a reinventar-se na perspectiva de mais democracia e mais participação popular.

Nosso movimento sonha e se mobiliza para fazer um país que nos traga de volta a alegria e o orgulho de ser brasileiro. Assim é a campanha #SOMOSTODOSCAIXA, cujo saldo registra a vontade do pessoal do banco em abraçar um Brasil mais público e mais social.

CartaCapital

17 DE AGOSTO DE 2022 • ANO XXVIII • Nº 1221

No debate da Band, Tarcísio Freitas não resistiu ao cacoete bolsonarista de atacar o PT. Pág. 18

Seu País

Capa: Pilar Velloso. Fotos: Rogério Lorenzoni/TV Globo e Suamy Beydoun/Agif/AFP

Economia

Nosso Mundo

Plural

RENATO PIZZUTTO/BAND E KARIME XAVIER/FOLHAPRESS

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Mauricio Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva, Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VIDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Beatriz Loss, Caio César e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora
EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
COORDENAÇÃO DE MARKETING DIGITAL: Shirley Tavares
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

BANDO DE CORJA

A criminalização do negro sempre existiu, mas piorou neste governo, pois o capitão inflama seus sequazes para referendar o racismo estrutural. Em 5 de agosto, vimos a condenação do vereador negro Renato Freitas, pelo fato de ter interrompido uma missa para protestar pelo assassinato do congolês Moïse Kabagambe no Rio de Janeiro. "Vidas negras importam", alguém disse na ocasião. A Câmara Municipal de Curitiba viu, no ato, uma quebra do decoro parlamentar. Ora, e aqueles que cometeram crimes como peculato, "rachadinha" e nepotismo e foram perdoados? Somente Renato, negro, foi punido com a pena máxima.
Paulo Sérgio Cordeiro

O JUDICIÁRIO É CÚMPLICE

Vivemos no país da hipocrisia, onde uma casta privilegiada se sustenta nas costas do trabalho escravo e da fome do povo.
Virgílio Batista

O VÍRUS DA INÉRCIA

O Ministério da Saúde não se arrisca a melindrar a campanha presidencial. É plausível, para eles, fingir não haver possibilidade de agravamento do surto de *Monkeypox*. Dois anos de pandemia, e não aprenderam nada.
Jorge A. C. Santana

Onde está o ministro da Saúde? Em campanha.
Ivo Barbosa

OS SINAIS DE DECLÍNIO

Interessante a tendência do articulista em considerar os vícios da natureza humana como exclusividade do Ocidente. Nesse sentido, o objetivo final e nobre dos ainda não detentores do poder seria um mundo multipolar. Confesso que gostaria de acreditar nisso, mas não consigo.
Sylvio Franscisco

Nenhuma hegemonia é eterna, nenhum império resistiu ao tempo. A pergunta é: qual será o próximo? Futuramente, teremos outra "polícia do mundo", que não será boa nem cordial, apenas exercerá o seu poder e influência.
Igor Leonardo

Não haverá salvação para nenhum humano. Mesmo que a tragédia poupe os mais sabidos, será por determinado tempo. Seremos engolidos pela insustentabilidade.
Helder Mafra

A SOCIEDADE CIVIL CONTRA O BOLSONARISMO

É preciso despertar os evangélicos para seguir verdadeiramente o que a Palavra ensinou. Não podemos seguir o falso Messias novamente nesta eleição.
Constantino Cândido

Bolsonaro é um recruta medíocre, lambe-botas do Centrão. Vai levar botinadas desse mesmo grupo que tanto prestigiou. Até o Centrão já pensa em Lula.
Edson Pinheiro

"Para acabar com o bolsonarismo é preciso votar em candidatos que apoiam Lula. Precisamos de 308 deputados e 45 senadores." Difícil de entender? Desde o golpe contra Dilma Rousseff, aquele Congresso virou um antro fascista.
Alberto Frega

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Mino Carta

Sentinela traidor

De como o STF deixou de cumprir a missão de defender a Constituição

No confronto com o ex-capitão Jair Bolsonaro, infelizmente presidente da República, Alexandre de Moraes encarna o espírito da figura do ministro de qualquer tribunal supremo, sentinela da Constituição. Nem por isso a sua atuação pregressa foi impecável ao longo da carreira, assim como o STF traiu impunemente a sua própria finalidade. Derradeira instância de um país democrático, costuma valer-se do sigilo, longe do exibicionismo da corte brasileira, a nos impor a cada dia no vídeo a cobertura de suas sessões. Ali os togados foram capazes de golpear o Estado chamados a proteger.

Penoso entrecho para um dos três poderes da República, inapto para o exercício da Justiça. A lamentável história começa a assumir seus tons mais sombrios no tempo da chamada República de Curitiba, quando o juiz Sergio Moro e o promotor Deltan Dallagnol conduziram, com o apoio desbragado da mídia, a Operação Lava Jato, com o claro objetivo de incriminar o ex-presidente Lula e seu Partido dos Trabalhadores, a partir de acusações totalmente infundadas.

Alexandre de Moraes arca agora com seu indispensável papel

Este Supremo, impassível diante da injustiça, longos tempos depois pretendeu redimir-se, inocentando Lula e o PT. No mínimo, valeria acentuar a patetice do remendo, de todo modo tardio. E surpreende o cidadão democrático a presença no tribunal de muitos juízes que ali estavam quando ocorria esta situação, que não cabe hesitar ao defini-la como criminosa.

Coisas nossas, conforme o samba, coisas de um Brasil onde a democracia é irremediavelmente banida do contexto, por causa do monstruoso desequilíbrio social que nos mantém presos à Idade Média. Certa vez, ao falar, durante o primeiro mandato de Lula, em uma das festas de aniversário de *CartaCapital*, ousei afirmar que a Revolução Francesa ainda não nos alcançara. O vice-presidente da República, José Alencar, sentado à mesa armada no palco, anuiu gravemente.

Em todo caso, a Lava Jato, ponto inicial do entrecho, é, além de tudo, responsável pela ausência do candidato Lula no pleito presidencial de 2018, a eleger Bolsonaro, brindando o País inerte com um presidente demente. •

Sessão cotidiana de um STF exibicionista

MARCELO CAMARGO/ABR E ARQUIVO/STF

Os beneficiados por Dallagnol e Janot já recebiam auxílio-moradia

JOSÉ CRUZ/ABR

Lava Jato/ A farra das diárias

TCU condena Dallagnol, Janot e Romão a devolver 2,8 milhões ao Erário

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União determinou, na terça-feira 9, que o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, o ex-chefe da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba Deltan Dallagnol, hoje candidato a deputado federal, e o ex-procurador-chefe do Ministério Público Federal no Paraná João Vicente Beraldo Romão devolvam aos cofres públicos mais de 2,8 milhões de reais por gastos indevidos com viagens e diárias durante a operação. Além do ressarcimento solidário ao Erário, eles foram condenados a pagar multa individual de 200 mil reais.

De acordo com o TCU, o milionário prejuízo foi causado pela designação de procuradores de outros estados que atuaram na investigação em Curitiba. Embora trabalhassem o tempo todo na capital paranaense, eles não foram oficialmente transferidos para lá. Por isso, recebiam diárias como se morassem em outro lugar. Em seu voto, o ministro Bruno Dantas destacou a falta de fundamentação para esse modelo, a violação ao princípio da economicidade e ofensas ao princípio da impessoalidade, dada a ausência de critérios técnicos para manter esse sistema de pagamentos.

"A opção adotada pela Procuradoria-Geral da República não representou o menor custo possível para os cofres públicos. Ao contrário, garantia aos procuradores participantes o auferimento de vultosas somas a título de diárias, sem que tenham sido minimamente analisadas alternativas mais interessantes sob a perspectiva do Estado", afirmou Dantas. O relator do caso no TCU observou, ainda, que os procuradores da Lava Jato recebiam, concomitantemente, auxílio-moradia nos municípios de origem.

Os acusados negam qualquer irregularidade e pretendem recorrer da decisão. Em vídeo divulgado nas redes sociais, Dallagnol se diz vítima de uma perseguição e acusa os ministros do TCU de terem sido escolhidos por políticos investigados e condenados "que se protegem por meio do foro privilegiado e do aparelhamento dos tribunais". Na mesma semana, Dallagnol sofreu outro revés. A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu manter a condenação do ex-procurador a pagar 75 mil reais de indenização a Lula por danos morais no episódio do PowerPoint.

Conversa para boi dormir

Candidato a deputado estadual pelo PTB do Rio de Janeiro, Fabrício Queiroz, apontado pelo Ministério Público fluminense como o operador do esquema das "rachadinhas" de Flávio Bolsonaro, apresentou uma nova versão para justificar as suspeitas movimentações em sua conta bancária. À *Folha de S.Paulo*, Queiroz disse que parte do dinheiro foi emprestada ao também ex-PM Adriano da Nóbrega, acusado de comandar uma milícia na Zona Oeste do Rio, para a compra de gado. "Quando ele começou a ter esses problemas na polícia, começou a comprar garrote, bezerro. Eu tinha muita amizade com ele. Ele me disse: 'Queiroz, todo 5 mil reais que você me trouxer eu compro um garrote'. Eu pegava 5 mil e devolvia 6 mil para as pessoas", disse, antes de esclarecer: "Não era agiota, não. Você acha que eu ia fazer alguma coisa errada com cara do gabinete? Confiança total".

De alta, em casa

A Justiça do Paraná concedeu prisão domiciliar ao policial penal Jorge José da Rocha Guaranho, que matou o guarda municipal Marcelo Arruda, tesoureiro do PT no estado, durante a festa de aniversário da vítima. Na quarta-feira 10, o homicida teve alta do hospital Ministro Costa Cavalcanti, onde se recuperou dos ferimentos sofridos na noite do crime, quando foi atingido por Arruda, que revidou aos disparos antes de morrer. A decisão ocorreu após o Complexo Médico Penal de Pinhais, para onde o réu seria levado, afirmar que não teria condições de mantê-lo, devido à gravidade de seu quadro clínico. Ao converter a prisão preventiva em domiciliar, o juiz Gustavo Germano Francisco Arguello, da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, determinou ainda que Guaranho utilize tornozeleira eletrônica.

Eleições/

Pelo respeito às urnas

Em todo o País, atos simultâneos reforçam o apoio à Carta em Defesa do Estado de Direito, com quase 1 milhão de assinaturas

Movimentos sociais e sindicais realizaram atos em defesa da democracia e de eleições livres em todo o País na quinta-feira 11. Ao todo, foram registrados mais de 50 protestos nas capitais e em algumas cidades do interior. As manifestações foram em apoio à leitura pública da "Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito", realizada no Largo São Francisco, em São Paulo. Até aquele momento, o manifesto havia recebido mais de 920 mil assinaturas, incluindo juristas, intelectuais, artistas, centrais sindicais, empresários e banqueiros.

A leitura pública da carta pela democracia marca o aniversário de 195 anos da Faculdade de Direito da USP. O documento foi redigido em reação aos constantes ataques de Jair Bolsonaro ao processo eleitoral. Sem provas, ele insiste que as urnas eletrônicas não são seguras e permitiram fraudes em eleições passadas. Os principais presidenciáveis, à exceção do capitão, assinaram o manifesto. Já o atual ocupante do Palácio do Planalto chama de "cara de pau" e "sem caráter" quem aderiu ao movimento.

Jair Bolsonaro chamou de "cara de pau" e "sem caráter" quem aderiu ao manifesto

Deflação/ Ouro de tolo

Apesar da queda do IPCA em julho, a inflação dos alimentos beira os 15% em 12 meses

Sob o impacto da redução dos preços de combustíveis e energia elétrica, o Brasil registrou deflação de 0,68% em julho, feito efusivamente celebrado pela campanha de Jair Bolsonaro. A variação negativa do IPCA, índice oficial de inflação do País, não foi, porém, sentida pelos mais pobres. A queda ficou concentrada em dois dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados: transportes (-4,51%) e habitação (-1,05%). A inflação dos alimentos segue em alta e atingiu 14,72% no acumulado de 12 meses.

Nesse período, itens essenciais na dieta dos brasileiros, como batata-inglesa e leite longa vida, registraram altas superiores a 66%. Em São Paulo, a deflação só beneficiou famílias com renda mensal acima de oito salários mínimos (R$ 9.696), revela o IPC FX, índice da Fipe que mede a inflação na cidade de São Paulo por faixa de renda. Entre as famílias mais pobres, com renda de até três salários mínimos, a inflação cresceu 0,44% em julho.

Os mais pobres não tiveram alívio algum

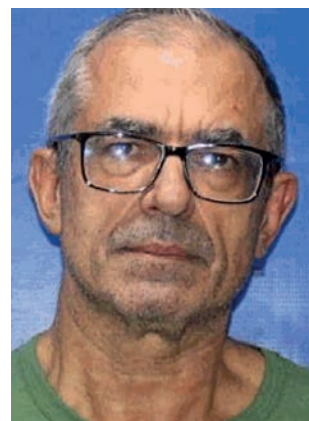
O milagre da multiplicação

Senhor do "orçamento secreto", o presidente da Câmara, Arthur Lira, viu seu patrimônio quase triplicar nos últimos quatro anos, segundo a declaração de bens entregue pelo deputado à Justiça Eleitoral. Em 2018, Lira disse possuir bens que somavam 1,7 milhão de reais (ou 2,2 milhões, em valores corrigidos). Agora, o montante passou para 5,965 milhões. Parte da diferença deve-se à inclusão de uma casa avaliada em 1,2 milhão de reais. Também chama atenção um depósito em conta corrente no valor de 827 mil. O parlamentar do PP também atua no ramo da agropecuária.

Violência doméstica/ "É UM INFERNO AQUI"

POLÍCIA PRENDE CÔNSUL ALEMÃO POR MORTE DE MARIDO NO RIO DE JANEIRO

A Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu, no sábado 6, o cônsul Uwe Herbert Hahn, lotado no Consulado da Alemanha no Rio de Janeiro. Ele é suspeito de ter assassinado o marido, o belga Walter Henri Maximilien Biot. Inicialmente, o diplomata alemão disse que o cônjuge "tomava pastilhas para dormir", "bebia muito" e aventou a possibilidade de um mal súbito. Os socorristas desconfiaram, porém, da versão e recusaram-se a atestar a morte no apartamento do casal. No Instituto Médico Legal, constatou-se que o belga sofreu traumatismo craniano provocado por uma lesão na nuca. A vítima possuía, ainda, múltiplas lesões no rosto, peito, pernas e nádegas.

Em uma recente conversa com o irmão por meio de um aplicativo de mensagens, Biot afirmou que pretendia denunciar o parceiro às autoridades brasileiras. "Falo contigo outro dia. É um inferno aqui com Uwe. Vou prestar queixa na polícia", escreveu o belga, que anexou uma fotografia de um machucado no queixo. Não bastasse, a perícia da Polícia Civil encontrou situações suspeitas no local da ocorrência. A principal é o que local foi limpo por uma secretária do cônsul alemão. A moça relatou à polícia que teria feito o trabalho porque o cachorro estava lambendo poças de sangue.

Hahn disse aos socorristas que o cônjuge havia tido um "mal súbito"

REDES SOCIAIS, MIGUEL SCHINCARIOL/AFP E NELSON ALMEIDA/AFP

A Semana

Incêndio em Cuba

Não bastassem todas as dificuldades, exacerbadas pelo isolamento durante a pandemia de Covid-19, um incêndio no principal terminal de armazenamento de petróleo no porto de Matanzas, a 130 quilômetros de Havana, ameaça afetar o fornecimento de energia de Cuba. Uma explosão no sábado 6 espalhou o fogo por três tanques e ameaça um quarto. Um bombeiro morreu e 16 civis continuam desaparecidos. Ao meio-dia da segunda-feira 8, o governo anunciou o fechamento temporário da usina de energia mais importante do país por causa da baixa pressão da água. O oleoduto de Matanzas é a única conexão entre o petróleo armazenado e as geradoras de eletricidade.

EUA/ Em maus lençóis

O FBI realiza busca e apreensão na casa de Trump

Donald Trump sonha em retornar à Casa Branca, mas seu destino pode ser outro, a penitenciária. Acusado de incitar a invasão do Capitólio e de roubar documentos da Presidência e investigado por sonegação de impostos, o ex-presidente recebeu a visita de agentes do FBI na segunda-feira 8. Os federais revistaram sua residência no *resort* Mar-A-Lago, na Flórida. O Departamento de Justiça não informou o motivo da busca e apreensão. Segundo a mídia, os federais procuravam documentos oficiais subtraídos da Casa Branca. Em nota, Trump classificou a operação de "desnecessária e inapropriada", disse colaborar com as apurações e valeu-se da retórica inflamada que anima suas bases. O episódio, escreveu, é uma "má conduta do Ministério Público, é usar o sistema como uma arma e um ataque de integrantes da esquerda radical do Partido Democrata, que, desesperadamente, não querem que eu concorra à Presidência em 2024". Após a divulgação da nota, apoiadores iniciaram uma vigília em frente à casa do ex-presidente.

Trump levou documentos públicos da Casa Branca

O acordo de 2015 está parado desde 2018, por culpa dos EUA

Acordo nuclear/ DIPLOMACIA EM CENA

A UNIÃO EUROPEIA APRESENTA UMA PROPOSTA "FINAL" AO IRÃ

Assinado em 2015 e desfeito unilateralmente por Donald Trump em 2018, o acordo nuclear entre o Irã e o Ocidente tem agora uma chance de ser retomado. Após quatro dias de negociações em Viena, das quais os norte-americanos participaram de maneira indireta, a União Europeia apresentou um texto "final" para a retomada dos compromissos interrompidos. "O que pode ser negociado foi negociado. Por trás de cada questão técnica e de cada parágrafo está, no entanto, uma decisão política que precisa ser tomada nas capitais", tuitou Jose Borrell, alto representante da UE para Negócios Estrangeiros e Política de Segurança. "Se essas respostas forem positivas, podemos assinar esse acordo." O governo iraniano disse analisar as 25 páginas, mas recusa uma imposição ocidental. Uma autoridade não identificada afirmou à agência estatal Irna: "Assim que recebermos essas ideias, transmitiremos nossa resposta e considerações iniciais, mas essas questões exigem, naturalmente, maior revisão e considerações adicionais".

JIM WATSON/AFP E PRESIDÊNCIA DO IRÃ/AFP

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

A Academia nos tempos do golpe

▶ A opção é sempre em torno de uma sociedade justa e contemporânea ou da manutenção da herança colonial

A manifestação de 11 de agosto no largo que abriga a Velha e Sempre Nova Academia de São Francisco despertou minhas recordações dos tempos de tormentos e desventuras que antecederam e se seguiram ao malfadado golpe de 1964.

No início dos anos 60, a sociedade brasileira vivia uma era de saudável e promissora agitação política. Na época batizado como "luta de classes", o fenômeno era decorrência inevitável de quatro décadas de industrialização, modernização econômica e rápida transformação social. O progresso material das sociedades modernas suscita inconvenientes e transtornos, mas é mobilizador de energias e de ideias. Os sindicatos, as associações de classe e as organizações estudantis fervilhavam. Os centros acadêmicos, a UEE e a UNE não davam carteirinha para estudante pagar meia-entrada no cinema. Participavam ativamente do debate nacional.

Ainda não se sabe se, a despeito ou por conta do jogo estratégico entre as duas grandes potências, o pós-Guerra foi generoso com alguns países da periferia, sobretudo com o Brasil. Entre seus pares, o país tropical era líder no campeonato de taxas de crescimento e de incorporação de novas atividades e de trabalhadores ao mundo da indústria e das cidades. Havia entusiasmo e, provavelmente, muita ilusão. Mas já disse alguém que as ilusões são necessárias e, em muitos casos, estimulantes.

Era então possível e razoável imaginar o País cada vez mais próximo de uma sociedade justa e contemporânea, expurgada da herança colonial e de seus humores subalternos. Alguns chamavam essa esperança de socialismo. Outros almejavam que a utopia se assemelhasse às condições de vida e aos padrões de convivência que estavam em construção na Europa Ocidental com o avanço do Estado do Bem-Estar Social. Na outra ponta do espectro político estava a malta do fazendão subdesenvolvido que combinava cosmopolitismo americanista com a reconhecida ojeriza pela difusão da luz elétrica e da água encanada.

Seja como for, a bandeira das forças progressistas foi desfraldada na defesa das reformas de base – agrária, urbana, bancária, trabalhista e previdenciária. As hostes conservadoras e reacionárias, que nunca abandonaram a luta contra o projeto nacional de industrialização, brandiam os chavões da ameaça comunista, do ouro de Moscou, da "cubanização" do Brasil.

Mais de 50 anos depois é recomendável alguma frieza na análise: como todos os periféricos, éramos – à esquerda e à direita – protagonistas dos conflitos que se desenvolviam nos palcos globais da Guerra Fria.

No microcosmo da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, a controvérsia política e ideológica caminhou, como em toda parte, para a radicalização. Em 1963, o presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Oscarlino Marçal, e Pedro Celidônio Gomes dos Reis organizaram o chamado Seminário do Instituto de Estudos Brasileiros, o Iseb, uma das matrizes do pensamento progressista e nacionalista da época. Nas palestras, a Sala dos Estudantes ficava à cunha.

Nesse mesmo ano, a direita rompeu a estrutura partidária tradicional da Academia – formada pelo Renovador, Independente e Socialista. Foi, então, criado o Partido de Representação Acadêmica. Nele ingressaram desde os moderados e civilizados – os que apenas flertavam com soluções extraconstitucionais – até os brucutus que pregavam abertamente a dizimação política e física dos "comunas" e esquerdistas de todo o gênero. A turma do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) ensaiava suas proezas.

A esquerda reagiu com a Unidade. Os partidos Independente, Renovador e Socialista juntaram-se em torno da candidatura de João Miguel. Eleito com grande diferença de votos, João Miguel desenvolveu sua campanha escorado num programa – As Razões Fundamentais da Unidade – aprovado pela coligação partidária. (Este texto-manifesto, elaborado a muitas mãos, talvez ainda fosse útil no Brasil de hoje.)

O golpe militar de 1º de abril surpreendeu João Miguel em Brasília. Tratava de assuntos de interesse do Centro Acadêmico. Logo passou a ser procurado pelos fardados que prometiam salvar a democracia. Nobre propósito que, infelizmente, para sua consecução exigiu a instauração de uma ditadura que iria durar 21 anos.

João escapou para Goiânia. Seu tio, o advogado Felício Simão, negociou seu retorno com o ex-colega e amigo Alfredo Buzaid.

Buzaid era um dos corifeus do pensamento golpista e então diretor da Faculdade. Ficou combinado: o ex-presidente do XI de Agosto – deposto numa Assembleia irregular convocada pelo vira-casaca Elicio Decresci – se apresentaria, mas não seria preso.

João Miguel voltou a São Paulo e entrou em "cana". Dois meses depois, seria proclamado campeão do torneio de xadrez intercelas realizado no Dops. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

EM NOME DA LEI

À FRENTE DO TSE, ALEXANDRE DE MORAES PROMETE PUNIR A DISSEMINAÇÃO DE *FAKE NEWS* E GARANTIR ELEIÇÕES LIMPAS

por ANDRÉ BARROCAL

O corintiano Alexandre de Moraes toma posse no comando do Tribunal Superior Eleitoral na terça-feira 16 e chamou o palmeirense Jair Bolsonaro para a ocasião. O convite foi entregue um dia após o time do juiz ser eliminado da Copa Libertadores, causa de presumível mau humor por parte dele, um torcedor fanático. O Palmeiras, ao contrário, avançou no torneio na noite do *tête-à-tête* de Moraes com o capitão. O presidente deu ao visitante uma camisa do Corinthians e disse-lhe que irá à posse. Gestos de conveniente hipocrisia. Moraes é aquele que Bolsonaro tachou de "canalha" no 7 de Setembro do ano passado. À frente do TSE, é promessa de azedume para o mandatário, daquele tipo que invade a alma do torcedor de um clube eliminado. "Ninguém aqui é megalomaníaco de achar que as milícias digitais não vão atuar (na eleição), mas agora nós sabemos como elas atuam e como combatê-las. E o combate vai ser firme", comentou o ministro em 11 de julho, diante de cem alunos de um curso de pós-graduação da Escola Judiciária Eleitoral Paulista.

Os milicianos da *web* disseminam mentiras a serviço de Bolsonaro, e Moraes sabe melhor que ninguém. No Supremo Tribunal Federal, conduz há mais de três anos um inquérito, o 4781, aberto por conta própria pelo STF para investigar as ameaças das milícias à Corte. O ministro é ainda o relator de outro inquérito no Supremo, o 4874, instaurado há um ano para averiguar se esses milicianos constituiriam uma quadrilha decidida a arrasar as instituições brasileiras. Nos dois casos, bolsonaristas estão na mira. Dessas duas investigações nasceu, a pedido do TSE, um inquérito específico contra o presidente, o 4878, em razão de o capitão ter vazado, em uma transmissão em vídeo na internet, em julho do ano passado, um relatório sigiloso da Polícia Federal sobre um ataque *hacker* ao Tribunal Eleitoral em 2018. Na papelada da PF que um mês depois da transmissão presidencial levaria o TSE a proibir as plataformas (Twitter, YouTube etc.) de repassar dinheiro a quem lucra com *fake news*, Bolsonaro foi descrito como "figura central" da engrenagem das mentiras. Para Moraes, "*fake news* não são notícias falsas, são notícias fraudulentas, com a finalidade de desestruturar o Estado Demo-

O MINISTRO DO STF É ODIADO PELAS TROPAS BOLSONARISTAS, MAS ATÉ AGORA NÃO SE DEIXOU INTIMIDAR PELAS AMEAÇAS

crático de Direito”. Expôs essa visão no VIII Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, em junho, em Curitiba. Na Escola Judiciária Eleitoral Paulista, afirmou que “o eleitor não sabe distinguir, ou tem dificuldade em distinguir, se aquilo é uma notícia real ou falsa, se veio da mídia séria ou não”. Por isso, crê o juiz, a Justiça Eleitoral será fundamental para garantir que os brasileiros votem neste ano sem ser manipulados. O início oficial da campanha será no dia da posse de Moraes.

A propaganda na tevê começa em 26 de agosto e Bolsonaro terá cerca de 40 segundos a menos que Lula, outro motivo para o capitão recorrer às milícias

Moraes tornou-se uma pedra no sapato de Bolsonaro, por combater a desinformação, as mentiras e a máquina de ódio alimentada pelo capitão e seus asseclas

ARQUIVO/STF E MARCOS CORRÊA/PR

digitais. As redes sociais, pensa Moraes, foram “capturadas” pela extrema-direita e prestam-se a disseminar “ódio”. Um *modus operandi* observado, de acordo com o magistrado, na vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, e em nações governadas por radicais de igual cepa, como Hungria e Polônia.

Para combater essas milícias com rigor, Moraes tem duas balizas definidas pelo TSE no ano passado. Uma foi a cassação

de um deputado estadual. Fernando Francischini, delegado da PF, foi recordista de votos no Paraná, 427 mil, ao eleger-se em 2018 pelo então partido de Bolsonaro, o extinto PSL. No dia da votação, disse em um vídeo no Facebook que as urnas eletrônicas estavam fraudadas. O Ministério Público Eleitoral pediu sua cassação por divulgação de "notícias falsas acerca da lisura da eleição e promoção pessoal", proibida no dia do pleito. A Justiça Eleitoral paranaense absolveu-o, e a promotoria recorreu. O TSE julgou o caso em outubro de 2021. Por 6 a 1, o acusado perdeu o mandato e o direito de concorrer por oito anos. A Corte entendeu que houve uso indevido dos meios de comunicação e abuso de poder político e econômico. São hipóteses de cassação previstas na Lei de Inelegibilidade, de 1990. Francischini tentou em vão anular a decisão no Supremo.

O julgamento do delegado no TSE foi um aviso prévio sobre como o tribunal lidará com político propagador de *fake news* neste ano. Naquele mesmo dia, a Corte analisou uma ação do PT que pedia para anular a vitória de Bolsonaro, em razão de mentiras espalhadas contra Fernando Haddad há quatro anos. O capitão sobreviveu, pois os juízes entenderam não haver provas contra ele. O processo serviu, porém, para o TSE anunciar uma segunda baliza: as redes sociais (WhatsApp, Twitter, YouTube, Facebook e Telegram) seriam encaradas a partir dali como meios de comunicação e, como tais, sujeitas a controles que impeçam um candidato de as explorar contra outro. Moraes é contra uma "política judiciária do avestruz", que ignore que a venda de publicidade é uma das explicações do lucro de 70 bilhões de dólares do Google em 2021. Na absolvição da chapa de Bolsonaro, o juiz comentou: "Se houver repetição do que foi feito em 2018 (*fake news*), o registro será cassado e as pessoas que assim fizerem irão para a cadeia".

Por achar que o "grande desafio" do tribunal é coibir as milícias digitais, Moraes deve nomear um policial para ser seu assessor de Enfrentamento à Desinformação. O cargo foi criado, em março, por Edson Fachin, atual presidente da Corte, e é ocupado por um servidor da Justiça Eleitoral, Frederico Alvim, de perfil mais teórico. A propósito, termina agora em agosto a licença-maternidade da delegada da PF Denisse Ribeiro, principal investigadora dos inquéritos contra as milícias digitais e a organização criminosa que elas representam. Foi Ribeiro quem descreveu Bolsonaro como "figura central" da engrenagem. Graças às suas descobertas, Moraes está convencido de que a quadrilha se divide em quatro núcleos: o produtor de mentiras (gabinete do ódio), o propagador (robôs na *web*), o político (bolsonaristas que botam o assunto na mesa após a audiência gerada pelos robôs) e o financeiro (empresários em busca de lucros e poder). Uma turma contra a qual o juiz está inclinado a usar, nos processos do Supremo, a lei da lavagem de dinheiro, a lei da sonegação fiscal e a lei que substituiu aquela da segurança nacional.

Fachin foi leniente com as ameaças às eleições. O coronel Sant'Anna, indicado pelo Exército para uma comissão do TSE, é um disseminador de *fake news*

WILTON JÚNIOR/ESTADÃO CONTEÚDO E ANTONIO AUGUSTO/TSE

A condenação, pelo Supremo, do deputado federal Daniel Silveira, do PL do Rio de Janeiro, a oito anos de cadeia, em abril, nasceu de um desses inquéritos. Bolsonaro, recorde-se, concedeu perdão presidencial ao sentenciado. Também dessas investigações surgiu um pedido de prisão, requerido pela Polícia Federal, em julho, do *youtuber* mineiro Ivan Rejane Pinto, o Ivan Papo Reto, candidato a vereador em Belo Horizonte por um partido bolsonarista. O *youtuber* divulgou vídeos nos quais faz ameaças a dirigentes de partidos progressistas e ao Supremo. Ao prendê-lo, a PF capturou um celular e um *notebook* nos quais identificou grupos de WhatsApp de divulgação da causa terrorista do rapaz, o uso da violência contra adversários. Uma mensagem de Ivan Papo Reto dizia: "Estamos em guerra. E guerra não se vence sem armas".

Segundo um advogado familiarizado com os bastidores do TSE, Moraes espera que o policial a ser nomeado como assessor de Enfrentamento à Desinformação colete provas de *fake news* para abastecer os processos. Em março, o juiz participou de reuniões de Fachin com representantes partidários. Numa delas, conta uma testemunha, disse a quem se queixava de notícias falsas que era preciso ter provas. E sugeriu aos reclamantes que escalassem seus *nerds* para fazer

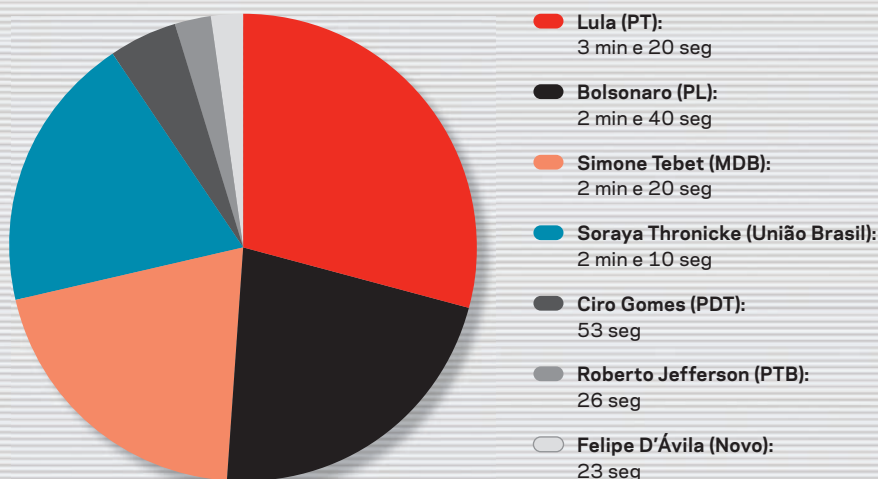
cópias das mentiras nas redes sociais.

Quando está diante de provas de *fake news*, Moraes age com rigor. A proibição de ligar o PT ao PCC e ao assassinato de Celso Daniel ilustra a postura linha-dura. Em 1º de julho, o *site* da revista *Veja* publicou vídeos de uma delação de 2017 de Marcos Valério, aquele dos "mensalões", nos quais o publicitário repetia alegações sem provas que faz desde 2012 sobre petistas, a facção criminosa e o homicídio. Dias depois, o deputado Otoni de Paula, do MDB do Rio, aparecia em um canal governista no YouTube, o *DR News*, a afirmar que o PT estava mancomunado com o PCC na morte. O parlamentar é soldado do presidente. Coube a ele ir ao Paraná em nome do ídolo falar com os irmãos do guarda petista morto há um mês por um agente penitenciário bolsonarista. Os advogados de Lula acionaram o TSE contra a difusão de que PT e PCC são aliados. E conseguiram

SEGUNDO MORAES, O GRANDE DESAFIO DAS ELEIÇÕES DESTE ANO É COIBIR AS MILÍCIAS DIGITAIS QUE CAMPEIAM NAS REDES SOCIAIS

uma liminar de Moraes. "O sensacionalismo e a insensata disseminação de conteúdo inverídico com tamanha magnitude pode vir a comprometer a lisura do processo eleitoral", escreveu o juiz.

Os advogados apontavam outros dois vídeos forjados descaradamente que mereciam degola nas redes. Um deles usava um discurso de outubro de 2021, no qual Lula dizia que pobre é tratado como "papel higiênico" pelos políticos em época de eleição. O que era uma crítica do ex-presidente, na montagem virou pregação a favor do tratamento. Um dos primeiros a publicar o vídeo forjado foi um segurança presidencial, Max Guilherme Machado de Moura, ex-sargento da PM do Rio. O outro vídeo transforma um discurso de 2017 de Lula sobre jovens e política em uma defesa do nazifascismo. Um de seus disseminadores foi um empresário de Taubaté, no interior paulista, Gilney Gonçalves da Silva. Alexandre de Moraes mandou tirar os dois vídeos do ar e estabeleceu uma multa diária de 10 mil reais aos envolvidos. Para ele, os vídeos "objetivam, de maneira fraudulenta, persuadir o eleitorado". Mais, "liberdade de expressão", anotou ele, não é para "agressão", para "destruição" da democracia e da hon-

ra alheia nem para "propagação" de ódio.

O caso do PCC é um exemplo da mudança de postura que haverá no TSE na passagem de Fachin para Moraes. O primeiro é tido em Brasília como cauteloso demais. Teve oportunidades de agir contra mentiras bolsonaristas e nada fez. O PT de Lula e o PDT de Ciro Gomes pediram à Corte que tirasse da *web* o vídeo da reunião de 18 de julho do presidente com embaixadores estrangeiros, na qual o capitão deixou a mensagem de que será roubado pelos juízes do Tribunal Eleitoral e pelas urnas eletrônicas. A alegação baseava-se naquele relatório policial sobre o ataque *hacker* de 2018, papelada cujo vazamento a delegada Denisse Ribeiro tinha concluído, no início deste ano, tratar-se de crime. A vice-procuradora-geral Lindôra Araújo quer o arquivamento da conclusão, mas Moraes não aceita. "Não tinha ninguém melhor do que o Alexandre de Moraes para ser presidente do TSE agora. Dentre os 11 ministros do Supremo, é o único que pega o touro pelo chifre", diz um subprocurador-geral da República aposentado. Um advogado atuante na Corte aposta que Moraes terá muito mais força que Fachin. O juiz, diz essa fonte, sempre tenta fazer valer seu ponto de vista nos julgamentos, ao contrário do antecessor. Daí que o gabinete dele tem sido procurado por todos os interessados em algum processo. O futuro corregedor-geral do TSE, Benedito Gonçalves, ministro do Superior Tribunal de Justiça, teria dado pistas de que atuará totalmente alinhado a Moraes.

Um observador privilegiado da cúpula do Tribunal Eleitoral diz que Moraes não terá dó de usar a caneta, mas que há certa expectativa na Corte sobre como exatamente será a sua gestão, pois o ministro é "fechado". "Enigmático" e "esfinge" foram outras definições ouvidas por esta reportagem. Após o assassinato do guarda petista em Foz do Iguaçu, uma comitiva lulista foi ao TSE e pediu a Moraes providências contra a violência política. O ministro, segundo um participante, ouviu calado e, no fim, disse que as "preocupações vão ser levadas em conta". E só.

UM SUBPROCURADOR DA REPÚBLICA APOSENTADO DEFINE O NOVO PRESIDENTE DO TSE: "É O ÚNICO MINISTRO DO STF QUE PEGA O TOURO PELO CHIFRE"

Apesar do jeitão de "esfinge", Moraes é um linha-dura e deve portar-se dessa maneira à frente da Justiça Eleitoral. Ele entrou no Ministério Público ao se formar em Direito, ou seja, tem perfil inquiridor. Foi também secretário de Justiça e de Segurança Pública em São Paulo, postos em que lapidou o perfil. Para um jurista que chefiou a Corte eleitoral numa eleição presidencial passada, Moraes é "tensionador". Marco Aurélio Mello, outro ex-ocupante do posto, classifica-o de "xerife". Ao designar Moraes para conduzir o inquérito das milícias digitais, em 2019, o então

CLAUBER CLÉBER CAETANO/PR, PF E BILLY BOSS/AG.CÂMARA

O bolsonarismo mantém o clima golpista do ano passado. Silveira foi um exemplo. A delegada Denisse Ribeiro vai voltar ao trabalho

presidente do Supremo, José Dias Toffoli, comentou de forma reservada e irônica ter escolhido um "delegado". Curiosidade: Toffoli e Moraes formaram-se no mesmo ano na Faculdade de Direito da USP, em 1990. A faculdade, na quinta-feira 11, promoveu um ato para divulgar um manifesto pró-Estado de Direito e, indiretamente, anti-Bolsonaro.

Nos últimos dias, especulou-se muito, em Brasília, que outra mudança entre as presidências de Fachin e Moraes se notará na relação com as Forças Armadas. O antecessor de Fachin, Luís Roberto Barroso, botou um cavalo de Troia militar no TSE, ao pedir ao Ministério da Defesa a indicação de um oficial para uma comissão que atestaria a segurança das urnas. O indicado, o general Heber Garcia Portella, chefe da área cibernética do Exército, fez o contrário. Provocou tumulto. Por isso, Fachin fechou o canal com o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. Fachin é um progressista, tem resistência ideológica aos quartéis. Moraes não tem esse tipo de objeção. Além do mais, aproximou-se dos fardados quando era ministro da Justiça do governo Temer, em 2016. Chamou-os para uma atuação conjunta nas fronteiras contra o tráfico de drogas. À época, até participou pessoalmente, ao lado de militares, de apreensão de maconha no Paraguai.

O conservadorismo e a boa relação anterior com os quartéis não significam que Moraes se dobrará aos militares que colaboram para emular o fantasma de um golpe de Bolsonaro. O juiz nasceu em 13 de dezembro de 1968, o mesmo dia do AI-5, o ato mais violento da ditadura, responsável por fechar o Congresso e cassar três ministros do Supremo. Para Moraes, não há dúvida: houve golpe militar em 1964 e houve ditadura. Na sua visão, a Constituição de 1988, concebida para enterrar aquele regime, deu força ao Judiciário para defender a democracia, pois "o Poder Legislativo sozinho não é páreo para controlar os arroubos históricos do Executivo". E a democracia brasileira, segundo o ministro, encontra nas eleições e nas urnas eletrônicas um de seus pilares. Em um evento do TSE, em 11 de maio, sobre os desafios da Justiça Eleitoral neste ano, cravou: "Todos os juízes devem se sentir absolutamente indignados com esse discurso fraudulento, mentiroso, eu diria criminoso, de tentar desqualificar uma das grandes conquistas do Brasil, que é a lisura nas eleições com as urnas eletrônicas".

Por tudo isso, Moraes assinou, juntamente com Fachin, na segunda-feira 7, um ofício dirigido ao ministro da Defesa, no qual o TSE informou ter excluído do grupo que fiscalizará as eleições um coronel, Ricardo Sant'Anna, chefe da Divisão de Sistemas de Segurança e Cibernética da Informação do Exército. O motivo? "Perfis por ele mantidos em redes sociais disseminaram informações falsas, a fim de desacreditar o sistema eleitoral brasileiro", afirma o ofício.

Com Moraes no páreo, não bastará a Bolsonaro atiçar os militares e as milícias bolsonaristas. •

Seu País

A ampla aliança é fundamental para o PT obter êxito

Tão perto, tão longe

SÃO PAULO Haddad desponta como favorito nas pesquisas, mas terá de minar a resistência dos eleitores do interior

POR MARIANA SERAFINI

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 28

Negligência. O governo deixou de aplicar 3,3 bilhões de reais do Fundo Amazônia

Desde o fim da ditadura, o PT nunca esteve tão perto do Palácio dos Bandeirantes. Após 28 anos de hegemonia do PSDB no estado de São Paulo – e, antes dos tucanos, do PMDB de Orestes Quércia e Franco Montoro –, o petista Fernando Haddad desponta como favorito nas pesquisas de intenção de voto, tanto no primeiro quanto no segundo turno.

Diversos fatores alimentam o otimismo de lideranças do campo progressista. Ao aventurar-se no natimorto projeto presidencial, João Doria deixou o governo com uma rejeição recorde, a ponto de o correligionário Rodrigo Garcia evitar a todo custo qualquer associação com o padrinho. A despeito da poderosa máquina tucana no interior do estado, parcela expressiva do eleitorado conservador (ou reacionário) está disposta a votar no ex-ministro Tarcísio Freitas, o candidato de Jair Bolsonaro na disputa.

Além disso, após o Supremo Tribunal Federal reconhecer a parcialidade do ex-juiz Sergio Moro e dos procuradores da Lava Jato, o antipetismo que deu a tônica das eleições de 2016 e 2018 perdeu muito de sua força. "O PT recuperou fôlego, até por culpa do mau desempenho de Bolsonaro", observa o cientista político Cláudio Couto, professor da FGV de São Paulo e colunista do *site* de *CartaCapital*.

Nem por isso o especialista acredita em uma disputa fácil para o partido. A grande dúvida é quem vai disputar o segundo turno, e o impasse entre Rodrigo Garcia (PSDB) e Tarcísio Freitas (Republicanos) não é casual. Haddad espera enfrentar o ex-ministro na etapa decisiva, na expectativa de que parcela significativa do eleitorado tucano vá rejeitar o candidato de Bolsonaro nas urnas. Caso o oponente seja Garcia, parece improvável uma migração de votos bolsonaristas

Alckmin e França prometem gastar sola de sapato nas cidades paulistas, para alavancar a campanha do petista

para o PT. Mesmo que a fortuna sorria para o petista, com um adversário supostamente mais fácil de bater, não há garantias nesse cálculo político. "Haddad representa uma ruptura imensa. O cansaço que Bolsonaro causou em muita gente pode ser um fator de abertura maior para o PT, mas esse eleitorado não vai deixar de ser conservador só porque pegou birra do Bolsonaro", avalia Couto.

Diferentemente do ocorrido no Rio de Janeiro, ao menos as legendas do campo progressista deixaram as diferenças de lado e se uniram em torno de um objetivo comum. A chapa de Haddad é bastante diversa, enfatiza o deputado estadual Emídio de Souza, um dos coordenadores da campanha petista. "É uma coalizão ampla, a abarcar tanto a esquerda tradicional quanto figuras do centro, a exemplo de Geraldo Alckmin e Marina Silva."

Márcio França, do PSB, e Guilherme Boulos, do PSOL, abriram mão da corrida ao Palácio dos Bandeirantes para fortalecer a chapa de Haddad, que terá como vice Lúcia França, educadora e empresária casada com o ex-governador França. O desafio, agora, é convencer o eleitorado do interior do estado, mais religioso e refratário às pautas progressistas, que mesmo com um petista à frente do governo, as mudanças não serão tão radicais.

Nessa estratégia, Alckmin ocupa um papel central. Espera-se que o pessebista, ex-governador de São Paulo e vice de Lula na corrida presidencial, gaste sola de sapa-

O tucano Rodrigo Garcia conta com a poderosa máquina estadual e com o apoio de numerosos prefeitos

PABLO JACOB E FERNANDO HADDAD 2022

to pelas cidades paulistas, usando o prestígio conquistado ao longo de duas gestões no estado, para mostrar que participa desse projeto. De acordo com Souza, Alckmin foi bem recebido pelo PT e está integrado. "O Haddad está vendo a possibilidade de ganhar o governo do estado e sabe que, em alianças, é preciso fazer concessões."

Segundo o deputado, as agendas conjuntas começaram a ser marcadas há pouco tempo, mas estão previstas viagens de Haddad, Alckmin e França para o litoral, primeiro no Vale do Ribeira e no Vale do Paraíba, e na sequência para o interior. "Acho que temos outra configuração hoje, o PSDB não é imbatível no interior. Aliás, em muitas regiões está perdendo espaço para o Tarcísio. Há uma divisão clara entre eles, não é mais um bloco coeso. E, nesse ponto, o governador do PSDB que teve mais prestígio no interior foi o Alckmin."

De acordo com a pesquisa Real Time Big Data, divulgada na quarta-feira 3, Haddad figura com 33% das intenções de voto. Tarcísio de Freitas e Rodrigo Garcia aparecem com 20% e 19%, respectivamente. Como a margem de erro é de 3 pontos porcentuais, os dois estão tecnicamente empatados. No segundo turno, o petista tem 10 pontos de vantagem sobre o ex-ministro da Infraestrutura e 8 em relação ao governador tucano, que assumiu o comando do estado após Doria se afastar para tentar disputar a Presidência da República. O enrosco é que, em ambos os cenários, o porcentual de indecisos é superior a 15%.

No momento, parece estratégico tanto para Haddad quanto para Freitas buscar desgastar a imagem de Garcia. O petista, como mencionado anteriormente, deseja enfrentar o candidato de Bolsonaro no segundo turno. O ex-ministro tem uma razão bem mais óbvia: é o tucano quem ameaça roubar a sua vaga na etapa decisiva. Mas, como nem sempre o óbvio é bem compreendido, Freitas revezou com Garcia nos ataques a Haddad no primeiro

Tarcísio Freitas disputa com Garcia uma vaga no segundo turno, mas não resistiu ao cacoete de atacar o PT no debate da Band

debate entre os candidatos na tevê, promovido pela Band no domingo 7. "Procure no Google quem foi o pior prefeito de São Paulo", sugeriu o ex-ministro à plateia. "Procurem também a palavra 'genocida'", rebateu o petista.

"O ex-ministro parece não conseguir se livrar do cacoete bolsonarista do antipetismo, insiste nesses ataques mesmo contrariando o interesse momentâneo", observa o cientista político João Feres Jr., coordenador do Laboratório de Estudos

Estratégia não é o forte do poste de Bolsonaro

RENATO PIZZUTTO/BAND

da Mídia e da Esfera Pública da Uerj, em recente entrevista ao canal de *CartaCapital* no YouTube. "Repare que ele não discutiu política pública no debate. Limitou-se a atacar o 'inimigo' e passou o resto do tempo enumerando obras que sua pasta fez."

Na avaliação de Vera Chaia, cientista política da PUC de São Paulo, a disputa segue aberta. O esvaziamento do PSDB abre espaço para o bolsonarismo, uma vez que o antipetismo ainda afeta a figura de Haddad, ainda que em menor proporção. "Se o PSDB era muito forte no estado de São Paulo, quando Doria se elegeu prefeito e saiu do cargo para disputar o Palácio dos Bandeirantes, a gente começa a ver o partido se esvaindo, consumido pelas disputas entre seus caciques. Não é mais aquele PSDB do passado, embora ainda tenha forte presença no interior."

Ainda que o antipetismo continue aceso no interior, o cenário não chega a ser favorável a Freitas. Segundo Chaia, a rejeição a Bolsonaro é alta mesmo entre os eleitores de perfil conservador. Em parte, acrescenta, isso explica o comportamento dúbio do candidato do Republicanos: ora está colado em Bolsonaro, ora busca se distanciar da imagem do presidente, de acordo com as circunstâncias.

Na tentativa de atrair os eleitores identificados com pautas da direita, o atual governador quer mostrar serviço, sobretudo na área de segurança pública. Desde que assumiu o governo, a Polícia Militar tem intensificado as ações de repressão na Cracolândia, que sempre atraem os olhares da mídia. O ex-ministro de Bolsonaro, por sua vez, tem intensificado a sua agenda com os evangélicos. E recorre a aliados, como o ex-ministro Marcos Pontes e a deputada federal Carla Zambelli, ambos do PL de Bolsonaro, para estreitar relações com os líderes religiosos. Recentemente, Pontes e Zambelli participaram, na companhia do ex-capitão, de um encontro com pastores da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil. •

MARCOS COIMBRA

A última cartada do capitão

▶ O governo aposta tudo no pacote de 41 bilhões de reais para comprar votos, mas investir na popularidade de Bolsonaro costuma ser péssimo negócio

Talvez nem todos tenham percebido, mas Jair Bolsonaro jogou, na semana que se encerra, sua última cartada. Na terça-feira 9, pôs na mesa sua derradeira tentativa de comprar o voto dos eleitores mais pobres, com o pagamento do adicional de 200 reais no Auxílio Brasil, programa que está em vigor há dez meses, mas não deu certo.

Explique-se: não funcionou do ponto de vista dos objetivos para os quais foi concebido, pois o tal auxílio nunca passou de um esforço para tornar Bolsonaro competitivo. Naquele fim de 2021, com Lula estável e em grande vantagem e a candidatura do comparsa Sergio Moro a seduzir o eleitorado de extrema-direita, o capitão e seus "líderes" no Congresso resolveram fazer a única coisa que sabem para obter votos: tentar comprá-los. Em uma interpretação burra do significado do Bolsa Família, pensaram: "Se Lula se tornou grande ao dar 200 reais, vamos dar 400 e os pobres ficarão conosco". Só mesmo quem ignora e não respeita os brasileiros poderia imaginar que daria certo.

Não deu, como mostram centenas de milhares de entrevistas nas pesquisas realizadas desde então. O único crescimento que Bolsonaro experimentou desde janeiro veio do retorno de quem havia se engraçado com Moro: não melhorou, apenas retomou o tamanho que tinha. Pensando no que sua turma buscava, o Auxílio Brasil foi um fracasso.

De lá para cá, o mesmo gênio que supôs que os pobres venderiam seu voto por 400 reais deve ter feito mea-culpa e concluído que a ideia era boa, mas o valor insuficiente. "Quem sabe com 200 reais a mais consigamos comprá-los?", talvez tenha imaginado. E assim chegamos à jogada do capitão na terça-feira.

É sua última manobra dentro do que nos resta de democracia, depois de todos os achincalhes, limitações e ataques sofridos desde 2019. Sob o olhar complacente de algumas instituições e dos poderosos, assistimos ao bolsonarismo ir além do que de pior imaginávamos na deturpação dos valores e princípios democráticos. O adicional "somente" desvirtua o voto popular e suas consequências, mas não os cancela. Botar a gorilada na rua e acabar de vez com as regras do jogo fica para o lance seguinte.

A cartada dará certo? Tudo indica que não.

Deu errado com 400 reais, mas sempre é possível acreditar que, com mais grana, o eleitor talvez fraqueje. Não esquecendo que os 200 reais adicionais vêm acompanhados de uma penca de outros "auxílios", pensados como moeda para obter a adesão de alguns segmentos com grande poder de disseminação de opiniões, como caminhoneiros e taxistas. Tudo somado, engordaram em mais 41,2 bilhões de reais o dinheiro público destinado a tentar fazer com que Bolsonaro continue no cargo.

Com a colossal incompetência da gestão militar-Centrão, é certo que uma parte considerável desse dinheiro nem sequer sairá do plano das ilusões burocráticas (fora a parcela que ficará pelo caminho, no bolso dos espertalhões). Como temos quatro meses e meio até o fim do ano, falamos de cerca de 9 bilhões a mais, ao mês, para empurrar o capitão morro acima, tentando aproximá-lo de Lula. De agora ao dia 2 de outubro, são 20 bilhões.

Sabemos, no entanto, com base no que aconteceu no passado, como é ruim investir na popularidade e na intenção de voto em Bolsonaro. Gasta-se muito e o retorno é mínimo.

As pesquisas eleitorais feitas entre o fim de 2019 e o fim de 2020 mostram quão pequeno tende a ser o resultado. Na série mais completa, das pesquisas telefônicas (mais favoráveis a Bolsonaro) XP/Ipespe, vemos que, no voto estimulado, Bolsonaro saiu de 27%, em dezembro de 2019, para 29%, em dezembro do ano seguinte.

Lembremos: entre maio e dezembro daquele ano, o governo federal, apenas no pagamento do Auxílio Emergencial, gastou cerca de 230 bilhões de reais, com média mensal de quase 30 bilhões. Sem considerar outros recursos (como os provenientes do aumento do Bolsa Família), é o triplo do que pretende gastar agora, na tentativa de turbinar um programa que se revelou inócuo.

Em 2020, Bolsonaro cresceu de modo insignificante, na margem de erro das pesquisas, e seu ganho eleitoral pode ser considerado nulo. Teremos um milagre agora? Em 50 dias, o capitão vai decolar, dar um salto espetacular e alcançar Lula?

O destino da última cartada bolsonarista será igual ao das outras. E nada sugere que, se virar a mesa, conseguirá permanecer no poder como um ditador ridículo e fora de época. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Bancadas do povo

PODER Indígenas, negros, LGBTs e até mesmo os sem-terra se articulam para ampliar a representação no Legislativo

POR FABÍOLA MENDONÇA

Apontado como a eleição mais importante da história recente do Brasil, o pleito de outubro pode representar também um marco para as minorias, a encampar um movimento para ampliar as suas bancadas no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas. Indígenas, negros, população LGBTQIA+ e até mesmo o MST trabalham de forma organizada para eleger seus próprios pares. Em fevereiro deste ano, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil publicou a carta *Aldear a Política*, um documento estimulando os indígenas a se lançarem candidatos para formar as bancadas do cocar pelo País afora. O mesmo fez o movimento Coalização Negra por Direitos ao criar o Quilombo nos Parlamentos, projeto que deve lançar mais de cem candidatos negros nas eleições deste ano. Entre os *gays*, lésbicas, bissexuais e transsexuais, ao menos 254 deles estão cadastrados na plataforma VoteLGBT, apresentando-se como candidatos da comunidade. Pelos sem-terra, serão 16 candidaturas em 14 unidades da federação que pretendem formar a bancada da agricultura familiar, incluindo três deputados federais que vão para a reeleição e um candidato a governador, o assentado petista Edgar Pretto, no Rio Grande do Sul.

"Os direitos ancestrais são constantemente atacados e lutamos contra o genocídio indígena há mais de 500 anos. Desde 2019, nenhuma Terra Indígena foi declarada, enfrentamos ataques e assassinatos, remédios não chegam e os povos isolados não estão sendo protegidos", destaca Dinamam Tuxá, da Coordenação Executiva da Apib. "Queremos senadores, governadores, deputados estaduais e federais e, no futuro, vereadores, prefeitos e um presidente indígena. Chega de bancada do boi, da bala e da Bíblia. Precisamos ter uma bancada indígena forte." Em 2018, foram eleitos 237 indígenas nas eleições municipais. Agora, eles pretendem dar nas urnas a resposta aos constantes ataques que sofrem, elegendo seus próprios representantes.

Candidata a vice-presidente da República nas eleições de 2018, Sônia Guajajara é uma das principais apostas para formar a bancada do cocar na Câmara Federal. Ela é candidata pelo PSOL de São Paulo. "Os povos indígenas nunca foram prioridade de governo algum. Nossas demandas sempre encontraram entraves, não apenas pela falta de representatividade, mas, principalmente, devido à pressão exercida por setores com nenhum apreço pelo meio ambiente e com interesses muito claros em nossos territórios, como é o caso do agronegócio", diz Guajajara. "Com a eleição de Bolsonaro e seu governo declaradamente anti-indígena e antidemocrático, a situação alcançou outro patamar e esses entraves têm sido institucionalizados como políticas públicas. Diante desse cenário, é importante e urgente garantir representantes indígenas que defendam os nossos direitos. Não basta mais sermos representados, queremos ser representantes." De fato, a deputada Joenia Wapichana, da Rede, é a única indígena eleita deputada federal da história do Brasil.

> "Não basta mais sermos representados, queremos ser representantes", reivindica Guajajara

Estado que proporcionalmente concentra a maior população negra do País (84%), a Bahia nunca elegeu um mandatário dessa comunidade e apenas há quatro anos deu a vitória à primeira e única deputada estadual negra do estado, Olívia Santana, do PCdoB. Em São Paulo, o cenário não é diferente. Até hoje, apenas quatro negras foram eleitas para a Assembleia Legislativa, três delas há quatro anos, no pleito de 2018. Na Câmara Federal, a discrepância também é grande: dos 513 deputados, 125 se declaram pardos e pretos, menos de 25% dos assentos, numa sociedade onde 56% dos habitantes se declaram negros, segundo dados de 2019 do IBGE. "O mundo inteiro olha para o Brasil e pensa como é possível, num país de maioria preta e parda, não ver a população negra representada no poder político. Isso é um escândalo internacional. O Brasil tem de sair desse constrangimento", comenta a socióloga Vilma Reis, can-

Em ação. Sônia Guajajara está empenhada na criação de "bancadas do cocar" pelo País afora. "Queremos mudar a fotografia do poder", explica a socióloga Vilma Reis

LEOPOLDO SILVA/AG.SENADO E REDES SOCIAIS

didata a deputada federal pelo PT baiano e uma das representantes do Quilombo nos Parlamentos. Em eleições passadas, o movimento negro apoiou candidaturas brancas comprometidas com a causa antirracista, mas agora resolveu dar um passo adiante e também eleger seus próprios representantes.

"Do ponto de vista da disputa semiótica e de sermos espelhos para a nossa comunidade, é fundamental que a gente olhe para uma liderança negra e vote nela. Já votamos bastante nos nossos companheiros, parceiros de lutas, homens e mulheres brancos. Agora, vamos mudar a fotografia do poder. Sem paridade racial e de gênero, não há democracia no Brasil. É preciso ter coragem de desobedecer ao racismo, ao patriarcado e ao poder do capital. Não podemos mais entregar o poder de representação da gente para outros grupos", pontua Reis. "Nesta eleição, mais do que em outras, exis-

Visões. "Devemos superar os estigmas naturalizados", afirma a vereadora Linda Brasil. "Vamos fazer frente à bancada ruralista", promete Rosa Amorim, do MST

te uma luta pela representação de pessoas negras nos legislativos, especialmente de mulheres. É uma necessidade histórica. O maior segmento populacional isolado são as mulheres negras, 27% a 29%, e, apesar disso, a representação delas nos espaços de poder é baixíssima", completa Paula Nunes, do PSOL, covereadora por São Paulo e candidata numa chapa coletiva a uma vaga na Assembleia Legislativa.

Antônio Queiroz, analista político e consultor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), prevê um aumento da bancada negra no Congresso Nacional, assim como a feminina, considerando que a legislação eleitoral obriga os partidos a dedicarem uma cota mínima de 30% para esses segmentos na disputa e, principalmente, porque, ao elegeram negros e mulheres na próxima legislatura, as legendas terão um bônus no repasse dos fundos eleitoral e partidário. Esses votos serão contados em dobro no cálculo para a distribuição das verbas às legendas. "Os partidos são obrigados a canalizar parte dos recursos para essas candidaturas e abrir espaço no programa de rádio e televisão, e ainda há a vantagem de contar em dobro para os fundos eleitoral e partidário ao eleger negros e mulheres", diz. "É muito dinheiro."

Queiroz entende que os indígenas podem ser incluídos na cota de negros e acredita em um crescimento na casa dos 20% a 30% da bancada dos movimentos sociais na Câmara, o que ainda fica aquém da representatividade que essas forças têm na sociedade. "Há um estímulo para essas candidaturas e um apelo internacional muito forte. Os partidos vão querer favorecer postulantes negros e mulheres, buscando nomes com viabilidade eleitoral. A candidatura laranja não interessa mais, porque as legendas têm de sobreviver politicamente, têm de atingir a cláusula de barreira, e converter voto em mandato para sobreviver," avalia. Procurador Jurídico da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, a Univaja, Eliésio Marubo queixa-se da dificuldade para viabilizar candidaturas indígenas diante da estrutura dos políticos profissionais e das manobras partidárias, que, muitas vezes, não dão espaço para os povos originários. "Diferentemente dos políticos tradicionais, nossos parentes não têm mobilidade financeira para ir aos lugares e dialogar com os indígenas. Além disso, os partidos já fazem aquela prévia de contagem de voto visando eleger os políticos mais conhecidos, os que já têm mandato."

Na população LGBTQIA+, o debate sobre o potencial e a necessidade elei-

REDES SOCIAIS E GILTON ROSAS/CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

toral da comunidade começou há muito tempo, mas se intensificou de 2016 para cá, com o avanço do bolsonarismo e da violência contra essa população. Em junho passado, a Parada Gay em São Paulo, maior evento político-cultural do setor, trouxe como tema "Vote com Orgulho – Por Uma Política Que Representa", sugerindo às dezenas de milhares de participantes do ato a escolherem candidaturas lésbicas, *gays*, bissexuais e trans nas eleições deste ano. Secretária Nacional LGBTSocialista do PSB, Thatyane Araújo, mulher trans e presidente licenciada da RedeTrans, reforça a necessidade de ter representantes no Parlamento. "Neste momento de retomada da democracia, é importante que as pessoas LGBTQIA+ contribuam a partir da ocupação dos espaços legislativos e de gestão. Já provamos a nossa competência e podemos ir ainda mais longe", salienta Araújo, candidata a deputada federal por Sergipe.

Outra mulher trans candidata em Sergipe é Linda Brasil, do PSOL. Ela é vereadora em Aracaju e tenta, agora, uma vaga na Assembleia Legislativa. "A gente quer ser protagonista das políticas públicas, para que os projetos sejam construídos a partir do nosso olhar, e enfrentar a perseguição às nossas pautas", afirma, chamando atenção para o fato de que ser LGBTQIA+ não é suficiente para defender as pautas da comunidade. "Não adianta a gente ocupar esses espaços e reproduzir modelos que não nos servem. Nem se eleger e não ter a consciência do nosso papel transformador na sociedade. Não devemos ser candidatas para servir de capacho ou laranja para esses políticos que sempre estiveram no poder. É o nosso lugar de fala, onde temos propriedade de discutir e defender as nossas pautas. A gente viveu e vive muitos estigmas, estereótipos, perseguições que foram naturalizados. Temos de desconstruir isso."

> "Precisamos criar políticas públicas a partir do nosso olhar", explica Linda Brasil

Com apenas 25 anos, Rosa Amorim desponta como uma liderança do MST e é uma das apostas dos sem-terra para fazer crescer a bancada da agricultura familiar. Ela nasceu e foi criada em um assentamento do movimento e se arrisca a uma das 49 vagas para a Assembleia Legislativa de Pernambuco. "O MST sempre se pautou pela organização do povo, da luta social e ideológica e naquilo que para nós é essencial: ocupar o latifúndio improdutivo. Mas, por conta da conjuntura política, com o avanço do bolsonarismo, a gente achou que seria a hora e a vez de entrar nessa outra dimensão, que é a luta institucional. Vamos fazer frente à bancada ruralista e aos grupos extremistas religiosos no Congresso Nacional e nas Assembleias estaduais. Queremos combater o projeto conservador, machista e racista", dispara. Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, segue na mesma toada: "Vamos aumentar nossa representação na Câmara e nos articular com as bancadas indígena e negra para fazer uma grande corrente do povo brasileiro na defesa da produção de alimentos saudáveis e das questões ambientais fundamentais nesse processo". •

Cria cuervos...

PARANÁ Padrinho de Sergio Moro na política partidária, Álvaro Dias irá enfrentar o antigo aliado nas urnas

POR RENÉ RUSCHEL

Fã de carteirinha da Operação Lava Jato, o senador Álvaro Dias fez de tudo para atrair Sergio Moro ao seu partido, o Podemos. Acreditava que o ex-juiz não teria dificuldades para despontar como o principal nome da "terceira via" na corrida presidencial. As coisas não saíram, porém, como o planejado. Mesmo com os confetes lançados pela mídia amiga, o candidato conseguiu a proeza de regredir, em vez de avançar nas pesquisas de intenção de voto. Acabou escanteado por lideranças do partido, a temer que o magistrado servisse como uma âncora nas disputas estaduais.

Convidado por Luciano Bivar a engrossar as fileiras do União Brasil, fruto da fusão do DEM com o PSL, Moro ainda tentou ressuscitar o projeto presidencial, mas logo levou um chega pra lá de ACM Neto e outros caciques da nova sigla. Convencido a disputar uma vaga no Senado, tentou transferir às pressas seu domicílio eleitoral para São Paulo, apresentando o endereço de um *flat* alugado no Itaim, abastado bairro da capital paulista. O Tribunal Regional Eleitoral barrou, porém, a manobra fraudulenta, e o ex-juiz viu-se impelido a adaptar os planos e disputar as eleições pelo Paraná. Foi quando Dias deu-se conta de que o afilhado havia se voltado contra ele.

Agora, criador e criatura estão tecnicamente empatados na corrida por uma vaga ao Senado pelo Paraná, mas Moro figura numericamente à frente. Possui 31% das intenções de voto, ante 26% de Dias, segundo a pesquisa Real Time Big Data do fim de julho. *Cria cuervos y te sacarán los ojos*. O senador paranaense parece ter desdenhado do adágio espanhol.

As trajetórias dos ex-aliados são marcadas por algumas coincidências. Embora não tenham sido contemporâneos, ambos viveram a infância e parte da juventude na mesma cidade, Maringá, interior do Paraná. A família Dias chegou por lá na década de 1940, onde Álvaro cresceu e deu os primeiros passos como radialista. Em 1968, em Londrina, recém-formado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual do Paraná, elegeu-se vereador pelo então MDB. Moro, por sua vez, nasceu em Maringá, onde se graduou em Direito pela mesma instituição de ensino em 1995. Um ano depois, já era juiz federal.

> As pesquisas apontam empate técnico, com o ex-juiz numericamente à frente do senador

A admiração do senador pelo ex-magistrado sempre foi explícita. Em agosto de 2016, Dias publicou em suas redes sociais uma foto de Moro sendo homenageado pelo Exército, com a entrega da Medalha do Pacificador. "Ele tem se revelado um verdadeiro soldado na luta contra a corrupção e os corruptos no Brasil", escreveu na ocasião. Em julho de 2017, voltou a tecer loas ao ex-juiz, a quem chamou de "orgulho nacional". Postou sua fotografia de perfil e anotou uma frase proferida pelo ídolo: "Não importa o quão alto você esteja, a lei está acima de você". Candidato à Presidência da República nas últimas eleições, quando ficou em 9º lugar, com 0,8% dos votos, Dias prometeu em campanha que nomearia Moro seu "ministro da Justiça", uma proposta depois cumprida por Jair Bolsonaro.

Em 2018, foi a vez de Moro livrar o amigo de um imbróglio jurídico na Lava Jato que veio parar em suas mãos. Tratava-se de um inquérito no qual o senador foi mencionado como receptor de propina para aliviar a barra de investigados na CPMI do Carlinhos Cachoeira, acusado de chefiar um esquema de jogos ilegais em Goiás. A denúncia dizia que Dias teria recebido 5 milhões de reais para não levar adiante os requerimentos de quebra de sigilos – acusação negada pelo senador. O processo foi transferido da 6ª Vara Federal de São Paulo para a 13ª Vara Federal de Curitiba, então comandada por Moro. Após três anos, em maio de 2021, o processo foi devolvido. Os procuradores da força-tarefa de Curitiba, à época chefiada por Deltan Dallagnol, hoje candidato a deputado federal pelo Podemos, alegaram "que não foi constatada conexão com a operação".

A grande chance de a criatura e o criador unirem forças seria nestas eleições de 2022. Depois de abandonar a toga e ser enxotado do Ministério da Justiça pelo ex-capitão, a quem apoiou e ajudou

SAULO ROLIM/PODEMOS

Desafetos. "Não tenho mais condições de ser aliado desta gente", desabafa Dias. "Deixe o eleitor decidir", rebate Moro

eleger, Moro empolgou-se com a ideia de concorrer ao Palácio do Planalto. Acolhido por Dias, foi recepcionado pelo Podemos, em Brasília, com honras de estadista em novembro de 2021. Mas a aliança durou pouco, muito pouco. Em menos de 120 dias, Moro deixou o partido. Justificou a saída pela falta de estrutura partidária e dificuldades financeiras para uma campanha à Presidência. Optou pelo União Brasil, dono da maior fatia do fundo partidário: 782 milhões de reais. Sem apoio para a aventura presidencial e com a mudança de domicílio eleitoral para São Paulo vetada pela Justiça, acabou se colocando como adversário, e não aliado do seu antigo padrinho.

O União Brasil ainda tentou uma reconciliação. Propôs a candidatura de Dias ao governo do Paraná, com Moro a tiracolo para o Senado. Dias não topou. Fontes próximas ao candidato garantem que ele não admite qualquer diálogo com o agora desafeto. A disputa tornou-se pessoal. "Não tenho mais condições de ser aliado desta gente", disse a correligionários. "Ninguém conseguirá demovê-lo deste embate", emenda um de seus assessores.

A réplica de Moro veio pelas redes sociais. No Twitter, escreveu que tem "gente da velha política" que só sabe vencer eleições "passando a perna", no tapetão. "Vamos deixar o eleitor decidir", provocou. Foi o que bastou para o ex-juiz receber uma saraivada de críticas nos comentários. "O senhor já se olhou no espelho?", perguntou uma internauta.

Agora, criador e criatura entraram de cabeça no campo de batalha. "É bola dividida, jogo bruto. Ninguém quer amolecer. Da cintura pra baixo, vale tudo", zomba um deputado, adversário de ambos. Enquanto Dias tenta a quarta reeleição ao Senado, Moro engatinha nos grotões do Paraná. Longe dos gabinetes e sem a toga, o ex-juiz percorre o interior do estado para apertar a mão de eleitores, beijar criancinhas e comer pastel em padarias e botecos. Nem sempre os ensaios eleitorais são bem-sucedidos. De terno e gravata, aventurou-se no corpo a corpo com eleitores em uma feira livre de Curitiba. Durante a caminhada, acabou hostilizado por alguns frequentadores e ficou atordoado, sem reação. Enquanto marchava apressado de volta para o carro, um eleitor sugeriu: "Volta pra São Paulo". •

Terra arrasada

DESCASO Bolsonaro deixou de investir 3,3 bilhões de reais do Fundo Amazônia, a acumular 56 projetos "em análise"

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Sob a direção de Jair Bolsonaro, o Brasil não cessa de bater recordes negativos na seara ambiental. Após concentrar 40% da perda de mata nativa em todo o mundo no ano passado, o País atravessa 2022 com voracidade redobrada sobre suas florestas. O mês de julho foi o sexto com maior número de alertas de desmatamento registrados no atual governo, cúmplice por ação ou omissão de uma devastação que, segundo levantamento feito pela plataforma de monitoramento Global Forest Watch, desde janeiro de 2019 já consumiu cerca de 4,5 milhões de hectares da Amazônia e de outros biomas brasileiros.

Ao término de mais um ano-referência de medição do desmatamento pelo Inpe, que vai de agosto de 2021 a julho de 2022, ao menos 8,5 mil quilômetros quadrados de floresta foram derrubados, número próximo ao do período anterior, quando o País registrou o maior índice de devastação dos últimos 15 anos. Sugerida por Ricardo Salles e continuada por seu clone e sucessor à frente do Ministério do Meio Ambiente, Joaquim Leite, o estouro da "boiada" que afrouxou normas, sucateou órgãos de fiscalização e esvaziou fontes de financiamento deixou o Brasil sem defesas contra a devastação ambiental protagonizada por madeireiros, grileiros, garimpeiros ilegais e setores do agronegócio.

O calcanhar de aquiles dessa fragilidade é a paralisação dos fundos de financiamento às políticas ambientais. O governo, atendendo em parte às pressões do Supremo Tribunal Federal para a retomada das ações financiadas pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e pelo Fundo Amazônia, publicou no *Diário Oficial* de 26 de julho a portaria de criação de um grupo de trabalho para reestruturar esse último. A medida é, porém, vista como tímida pelas entidades socioambientais, que pregam uma total reversão no atual processo de desmonte. Um diagnóstico do abandono dos dois maiores fundos ambientais brasileiros é feito pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos, o Inesc, nos primeiros capítulos da série "Caminhos para o Financiamento da Política Socioambiental no Brasil", recém-lançada.

> O estudo do Inesc também denuncia nomeações políticas sem critério técnico e redução das verbas para a fiscalização

Proposta pelo próprio Brasil em 2006 durante uma conferência da ONU sobre o clima, a criação do Fundo Amazônia foi vitaminada com doações – principalmente dos governos da Noruega e da Alemanha – que possibilitaram um caixa de 4,8 bilhões de reais, rendimentos incluídos. Desse montante, no entanto, 3,3 bilhões continuam sem ser alocados, enquanto 56 projetos estão represados há anos, em fase de análise: "Em 2019, as inciativas foram paralisadas pelo atual governo, dando início a uma era de destruição da política ambiental na Amazônia", diz o estudo do Inesc. O relatório aponta problemas que contribuíram para o esvaziamento do fundo, como "falta de pessoal, gestão infralegal, nomeações políticas sem critério técnico e redução de orçamento nos órgãos de fiscalização".

Assessora política do Inesc e autora do estudo, Alessandra Cardoso afirma que "o desmonte do Fundo Amazônia ignorou décadas de lições aprendidas sobre como combater o desmatamento". Ela diz que "não existe política sem financiamento", por isso é urgente a recomposição da capacidade de execução orçamentária do fundo: "A política socioambiental brasileira precisa ser retomada com a máxima urgência, dado o estado de desmonte da sua estrutura e institucionalidade, o que levou ao descontrole do governo em relação a problemas de alta sensibilidade e relevância, como o desmatamento e o avanço de uma série de outras atividades ilegais sobre áreas protegidas e terras da União, a exemplo do garimpo".

Para representantes do movimento socioambiental, a revitalização dos fundos passa necessariamente pela derrota do governo Bolsonaro: "Não existem

GREENPEACE BRASIL/ARQUIVO

Devastação. A Floresta Amazônica perdeu mais de 8,5 mil quilômetros quadrados de cobertura vegetal apenas no último ano

condições para captar recursos, principalmente com instituições e fundos ambientais internacionais, se o Brasil continuar a ser considerado um pária ambiental. Assim, é fundamental retirar o atual governo e eleger um presidente que possa nos dar credibilidade. Não falta interesse de órgãos internacionais para doarem ao Brasil, mas, com Bolsonaro presidente, só andamos para trás nessa agenda", diz Pedro Ivo Batista, membro da Coordenação Nacional do Fórum Brasileiro de ONGs pelo Meio Ambiente (FBOMS) e dirigente da Associação Alternativa Terrazul.

A visão é compartilhada pelo deputado federal Rodrigo Agostinho, do PSB, expoente da Frente Parlamentar Ambientalista: "Presenciamos nos últimos três anos e meio o total esfacelamento dos fundos de financiamento e dos investimentos no combate ao desmatamento. Não há política pública, não há vontade política. Para tentar reverter o estrago, é preciso que a população tenha consciência na escolha de seus representantes para o Legislativo e eleja um presidente da República com um plano de governo comprometido de fato com o meio ambiente", diz. Para o parlamentar, investir em orçamento, fiscalização, comando e controle é o caminho para deter o desmatamento: "Os grileiros criminosos e os garimpeiros ilegais agem à luz do dia, sem qualquer tipo de reprimenda. A longo prazo precisamos de estratégias econômicas como o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a criação e demarcação de áreas protegidas, as concessões florestais e a bioeconomia".

A principal proposta do Inesc é a retomada do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa) nos moldes em que funcionava antes de a participação da sociedade civil ter sido extinta por Bolsonaro. Desde abril, o STF formou maioria determinando esse movimento, mas o governo até agora não revitalizou o comitê. "É necessário que seja editado novo decre-

Descrédito. Com Salles e Bolsonaro, o Brasil deixou de ser um respeitado interlocutor na área ambiental e tornou-se um pária, concentrando 40% do desmatamento mundial

to restabelecendo a participação social e que esta importante instância de governança que é o Cofa defina prioridades para aplicação dos recursos", diz Cardoso. Um comitê ativo, acrescenta a assessora política, "deve contribuir para que sejam aperfeiçoadas diretrizes e orientações para que o Fundo Amazônia volte a operar com maior escala e velocidade, sem entraves burocráticos".

Pedro Ivo propõe uma "reestruturação democrática do Cadastro Nacional das Entidades Ambientalistas (CNEA)", com eleições para o Fundo Amazônia, assim como para o FNMA. O ambientalista, dirigente nacional da Rede e integrante de uma chapa coletiva ao Senado pelo Distrito Federal, diz esperar que um novo governo possa "retomar o Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento da gestão de Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente, expandindo-o para todos os biomas e trabalhando para instituir o desmatamento zero". A proposta de retomada do PPCDAM, esvaziado e substituído por um simulacro pelo governo federal em 2020, também é feita pelo Inesc, que aponta o plano como "o principal instrumento de financiamento da política que foi desmontada" por Bolsonaro.

No segundo capítulo da série, o Inesc aponta cinco atos de desmonte que fazem com que o FNMA "não exista mais": corte de recursos, fim da participação da sociedade civil no Conselho Deliberativo, restrição à autonomia do Conselho, burocratização dos editais e sacrifício fiscal. Em relação aos recursos, é proposta a mudança da regulamentação que determinou que o fundo seja alimentado por 20% dos recursos arrecadados com as multas ambientais lavradas por Ibama e ICMBio: "Defendemos que o FNMA passe a contar com pelo menos 50% das multas do Ibama, em um contexto onde o órgão também precisa assumir um papel mais ativo no comando e controle, fiscalizando e punindo desmatadores ilegais", diz Cardoso. Há também outras fontes possíveis de receita ligadas à exploração de recursos naturais de alto impacto socioambiental, acrescenta, como a Compensação Financeira pela Exploração Mineral, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos e os *royalties* do petróleo: "Defendemos que os recursos do FNMA não sejam capturados pela nefasta 'reserva de contingência', como acontece há alguns anos".

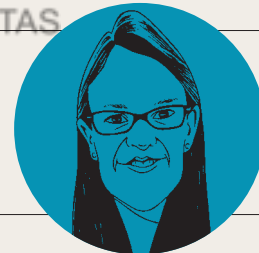
O Fundo Nacional do Meio Ambiente padece com os cortes orçamentários da chamada "reserva de contingência"

Representante da sociedade civil de 1999 a 2001 e depois coordenador-geral do FNMA no governo Lula, o advogado Rogério Rocco concorda com o diagnóstico do Inesc: "A partir do momento em que se desconstruiu aquilo que é a essência do FNMA, ou seja, a participação de amplos setores da sociedade, ele passou a ser meramente um conjunto de letrinhas dentro da estrutura do Ministério. Os recursos dos programas eram submetidos a um processo de aprovação legitimado pela garantia da participação e do controle social e da intervenção direta da sociedade na análise, fiscalização e aprovação final dos gastos. Isso constitui a essência do fundo, mas, a partir do momento em que perde essa estrutura, o fundo deixa de existir".

Rocco, que também aponta a retomada do PPCDAM como pontapé inicial de uma nova política ambiental em um eventual novo governo, propõe "um grande revogaço desses decretos, portarias e instruções normativas que foram dolosamente alteradas pela gestão criminosa de Ricardo Salles e Jair Bolsonaro". E acrescenta: "É preciso recolocar à frente dos órgãos ambientais gente competente, servidores qualificados e comprometidos em cumprir a lei e limpar as instituições dessa horda de incompetentes e delinquentes que as ocupou. Só assim se poderá retomar a governança da Amazônia e um processo permanente de diálogo e acordo para desenvolver a região, respeitando e se integrando aos seus potenciais ambientais". •

REDES SOCIAIS E FREDERICO GAMBARINI/DPA/AFP

Batista. "Sem mudar o governo, ninguém investe na Amazônia"

ESTHER SOLANO

O macho bolsonarista

▶ O vereador Gabriel Monteiro, do Rio de Janeiro, é o símbolo de tudo o que deu errado

Uma reportagem congelou meu coração. A notícia trazia o depoimento de um ex-assessor de Gabriel Monteiro. Segundo ele, o vereador carioca fazia sexo com menores na frente de sua equipe durante o expediente. O político bolsonarista, prosseguiu o ex-assessor, levava as adolescentes para salas onde os funcionários trabalhavam, pedia para que elas mostrassem os seios para os subordinados e mantinha relações sexuais na frente deles. "Já teve ocasiões que a gente estava editando vídeo durante o expediente, e o Gabriel chega lá com uma garota e começa a transar com a garota na nossa frente, mandar ela alisar ele e coisas do tipo." Essas foram as palavras literais utilizadas no aterrorizador trecho que consta do relatório final do processo de cassação do parlamentar. Atroz.

Confesso que li duas vezes, pois minha mente não conseguia assimilar que o que lá estava escrito era plausível, que houvesse alguma chance de que essas situações não fossem sequer imagináveis. A mente não consegue assimilar que o nosso mundo seja capaz de produzir tais energúmenos imundos. É como se fosse um impossível cognitivo. O cérebro recusa-se a crer que convivemos no mesmo espaço físico com esses animais selvagens, respiramos o mesmo oxigênio, os mesmos prédios projetam sua sombra sobre nós, pisamos o mesmo chão, sentimos a mesma chuva. Há níveis de atrocidade que a gente demora um tempo para digerir. Não é possível, não é possível. O que resta de humanidade em nós recusa-se a aceitar que alguns indivíduos possam ser tão lixo, puro detrito do mais nojento. Mas o excremento humano existe. As feras humanas existem. Oh, se existem.

Invadiu-me uma raiva profunda. Eis aí o arquétipo do que há de pior no ser humano. Um homem público, utilizando seu poder, ostentando seu poder por meio da violência sexual e escondendo sua conduta por trás de um discurso evangelizador. Um sujeito pregador da ordem, da moral e dos bons costumes, da família tradicional, dos valores cristãos. O macho bolsonarista, Bíblia numa mão, arma na outra e falo agressor. O pior do ser humano. O resumo de todas as falhas que a sociedade cometeu e continua a cometer. O símbolo de tudo que deu errado.

O macho bolsonarista, coitado, perseguido pelo politicamente correto, vítima das milícias de feministas enlouquecidas, histéricas, frígidas, que, no fundo, desejam ser sexualmente submetidas a ele porque o poder do falo bolsonarista é inquestionável. Qualquer uma de nós sentir-se-ia abençoada pela graça de sermos escolhidas. O macho bolsonarista incapaz de entender e aceitar um "não" por ser incapaz de enxergar a humanidade numa mulher, aliás, por sentir prazer ao nos tirar a humanidade. O macho bolsonarista alardeando a violência na frente de seus colegas de turba, na frente de seus *brothers*, de seus *parças*. Olha como eu sou foda. Brochar? Eu? Jamais. O macho bolsonarista é fanfarrão, óbvio, não podia ser de outra forma. E nada mais glorificador do que a violência sexual, o empoderamento pelo pênis, o aniquilamento pelo pênis.

É tão triste, tão profundamente triste. É tão triste que a gente seja governada por esses monstros. E tão triste que muitos dos nossos jovens se sintam seduzidos pelo modelo de masculinidade que esses monstros exibem. É tão triste que muitos homens admirem o comportamento de um predador.

Estamos diante de duas tarefas titânicas: enfrentar Bolsonaro e enfrentar o bolsonarismo. Enfrentar o bolsonarismo significa enfrentar esses homens monstros, enfrentar um tipo de masculinidade que se constrói na violência, vangloria-se dessa violência e... mata, mata corpos, mata almas, mata, física e simbolicamente.

Temos de enfrentar esses machos. Temos de começar a falar muito mais com os nossos companheiros, maridos, colegas, amigos, filhos, estudantes, do tipo de homem socialmente construído. Temos de trazer o tema para o centro das rodas de conversa, dos temas de bares e cervejas às sextas à noite. Temos de expor a ferocidade. Temos de refletir conjuntamente sobre o masculino, sobre esse masculino que congela o coração. Companheiros, maridos, colegas, amigos, filhos, estudantes homens, falem, por favor, falem entre si, pensem, reflitam sobre que tipo de homem nossas omissões ajudam a construir. Não se calem, aqueles de vocês que não são monstros, levantem suas vozes. Para que nunca, nunca, nunca, nenhuma mulher, jamais, tenha seu corpo e sua alma desgarrados pelo despotismo falocêntrico do macho bolsonarista. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ISTOCKPHOTO

Poderes invisíveis

OPINIÃO A TÃO PROCLAMADA TRANSPARÊNCIA NO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES PÚBLICAS DEVE ESTENDER-SE ÀS ONGS

POR WALFRIDO WARDE JR., RAFAEL VALIM E PEDRO SERRANO*

A democracia, na clássica lição de Norberto Bobbio, é o governo dos poderes visíveis. Significa dizer que os assuntos públicos devem ser decididos à luz do dia, sujeitos ao permanente escrutínio do povo. Com a Lei de Acesso à Informação Pública, de 18 de novembro de 2011, o Brasil deu um importantíssimo passo em direção à transparência pública. Apesar dos retrocessos durante os últimos anos, certo é que se avançou institucionalmente e as organizações não governamentais nisto tiveram papel fundamental.

Parece-nos, porém, que a tão proclamada transparência no exercício das funções públicas deve estender-se também sobre as organizações não governamentais, notadamente sobre aquelas financiadas com recursos estrangeiros, e é por essa razão que, há alguns dias, o Instituto para a Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE) lançou a campanha "Transparência no Terceiro Setor".

Não há, obviamente, qualquer prevenção contra recursos provindos do exterior e não se pretende causar embaraços às organizações não governamentais que deles são beneficiárias. O que se quer é instaurar um debate sério e responsável na sociedade sobre deveres de transparência destinados a aferir se a atuação das mencionadas organizações não governamentais está compassada com os interesses nacionais. Lamentavelmente, não faltam exemplos recentes de financiamentos externos "invisíveis" que interferiram profundamente nos destinos do Brasil. Basta mencionar o dinheiro que ingressou no País para fomentar os "espontâneos" protestos de 2013, segundo confessaram à imprensa os próprios dirigentes das organizações.

Ainda na senda de Bobbio, não são admissíveis poderes invisíveis dentro do Estado ou contra o Estado. A ampla transparência das organizações não governamentais destinatárias de recursos externos é um meio indispensável de defesa da soberania nacional e de concretização dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil (art. 4º da Constituição Federal).

Não desconhecemos o fato de que líderes extremistas ao redor do mundo procuram frequentemente turbar a ação de organizações não governamentais. Isso não deve, porém, interditar um exame responsável do tema. Ao contrário, a única forma de, a um só tempo, proteger as organizações não governamentais e a soberania nacional é implantar um regime de ampla transparência. •

**Walfrido Warde Jr. é advogado e presidente do Instituto para a Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE). Rafael Valim é advogado e diretor cultural do IREE. Pedro Serrano é advogado e professor da Faculdade de Direito da PUC-SP.*

A voz da razão

INDÚSTRIA Sob o comando de Josué Gomes da Silva, a Fiesp afasta-se do viés golpista e mira no desenvolvimento do País

POR CARLOS DRUMMOND

A sabatina de Lula na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, na terça-feira 9, encerrou o ciclo de encontros de industriais com candidatos a presidente em meio a um processo de renovação da entidade e da sua adesão à ampla manifestação de associações semelhantes e empresários de outros setores em apoio ao processo eleitoral, sob ataque constante de Jair Bolsonaro e seus seguidores. Presidida por Josué Gomes da Silva, eleito no ano passado com apoio inédito de 95% dos votos no colégio eleitoral formado por 113 sindicatos empresariais, a Fiesp enxugou órgãos colegiados, renovou a sua composição, reforçou o departamento de economia e engajou-se no esforço para a retomada do crescimento, com uma atenção maior em relação aos problemas da sociedade.

Antecedida pelas sabatinas de Luiz Felipe D'Ávila, Ciro Gomes e Simone Tebet, a de Lula seria seguida pelas de Jair Bolsonaro e André Janones, mas o primeiro cancelou sua participação com a justificativa, segundo se divulgou, de que o presidente encontraria um ambiente desfavorável, na mesma semana do lançamento, pela Faculdade de Direito da USP, da "Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito", que até o encerramento desta edição contava com mais de 800 mil assinaturas. Janones retirou sua candidatura e declarou apoio ao petista. Caso fosse à Fiesp, Bolsonaro seria convidado por Gomes da Silva a assinar o documento da entidade intitulado "Em Defesa da Democracia e da Justiça", que soma forças à mobilização da USP. O ex-capitão compareceu, no entanto, a uma reunião na Federação dos Bancos, entidade signatária do manifesto da Fiesp, e durante o encontro referiu-se ao documento como "cartinha" e denominou "mamíferos" os empresários que o assinaram, o que abrangia os signatários na plateia.

A Fiesp entregou aos candidatos sabatinados um sumário executivo da sua própria proposta de diretrizes prioritárias para o País no próximo governo. O texto marca uma mudança crucial de postura e de ideias em relação à gestão de Paulo Skaf, que transformou a Fiesp em partido político de apoio ao fundamentalismo liberal de Bolsonaro e Paulo Guedes e deu infraestrutura às mobilizações que levaram ao *impeachment* de Dilma Rousseff, simbolizada pelo pato amarelo inflado na entrada da entidade na Avenida Paulista. O documento defende a estabilidade e o respeito ao Estado de Direito como condições indispensáveis para o Brasil superar seus principais desafios, inclui, de forma inédita, a taxação de dividendos, reconhece a importância da participação do Estado na economia e defende o aumento do espaço da mulher nas empresas e na sociedade, entre outros pontos.

> Sai o pato amarelo, entra a defesa do processo eleitoral, das instituições e do crescimento

"Na reforma da tributação da renda," diz o documento, "a taxação sobre a distribuição de dividendos relativos aos lucros futuros deve ser ajustada, proporcionalmente, à carga que incide sobre as empresas." Outro ponto muito importante é reconhecer que "a significativa complexidade dos desafios atuais exige a atuação do Estado como articulador de investimentos e intermediador do processo de desenvolvimento". Não se trata, segundo a Fiesp, de discutir a presença de um Estado mínimo ou máximo, mas de um Estado necessário. Quanto à ampliação da participação das mulheres o texto é específico: "O Brasil deve também adotar políticas ativas para a igualdade de gênero, especialmente no mercado de trabalho, por meio de ações que

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 38
Sustentabilidade.
Entidades se unem para padronizar os critérios ESG

SUAMY BEYDOUN/AGIF/AFP

promovam o aumento da participação feminina em cargos de liderança e o desenvolvimento de habilidades técnicas para o maior acesso das mulheres a profissões nos campos da ciência e tecnologia".

Segundo o economista Antonio Corrêa de Lacerda, integrante do Conselho de Economia da Fiesp, uma novidade importante do texto apresentado aos candidatos é ressaltar o papel do Estado na economia. "A visão que prevalecia era neoliberal, de que o Estado não tem que intervir. Esse documento diz claramente que o papel do Estado é muito relevante, assim como o do setor privado, mas um não substitui o outro. Eu acho

Mudança de direção.
Gomes da Silva encerrou a fase arrivista da Fiesp, que havia sido transformada em um partido político. A entidade retoma assim seu papel no debate público

que isso é uma mudança fundamental", destaca Lacerda, "que se contrapõe, obviamente, às visões do ministro Paulo Guedes e companhia."

Outros tópicos do documento abordam a necessidade de uma política industrial moderna, atualizada do ponto de vista tecnológico e sustentável em termos ambientais, combate ao desmatamento, aumento da participação da bioenergia na matriz energética e fortalecimento da infraestrutura. Propõe-se também a recuperação da capacidade de planejamento, a ampliação do investimento em inovação e tecnologia e a melhora da qualidade da educação para atuar como alavanca do desenvolvimento econômico. Cabe destacar ainda a defesa, no texto, da necessidade de ampliação das políticas públicas de saúde e combate à fome e de aprimoramento dos programas de habitação de interesse social. A missão é "reconstruir um país que investe, promove a inovação, gera empregos de qualidade e o crescimento sustentável".

Um dos avanços da atual gestão, destaca Lacerda, é o fortalecimento dos conselhos consultivos de economia, inovação e relações exteriores como orientadores das posições da entidade, após apreciação da diretoria. "Os conselhos ficaram mais enxutos e focados. Novos integrantes foram incorporados ao Conselho de Economia, como os economistas André Lara Resende, Paulo Gala e Gabriel Galípolo. Houve também fortalecimento do quadro técnico para suportar as análises." Outro destaque, diz, é a contratação de um "jovem economista de boa bagagem, Igor Rocha", para o posto de economista-chefe. Ex-ocupante da mesma posição na Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Rocha é doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, onde defendeu tese sobre a industrialização da Coreia do Sul.

A tomada de posição da Fiesp, agora comandada por Gomes da Silva, filho do falecido vice-presidente no governo Lula, José Alencar, em favor do desenvolvimento e contra o golpismo faz parte da sua história, percurso no qual, por diversas vezes, fez a defesa pública do Estado de Direito e da sociedade civil. A nova cúpula da entidade inclui dirigentes de algumas das poucas empresas de porte que resistiram à desindustrialização crônica iniciada décadas atrás, a exemplo de Dan Ioschpe, André Bier, Jorge Gerdau Johannpeter e José Roberto Ermírio de Moraes. Alguns desses sobrenomes estão ligados à tradição dos líderes da indústria que, em 1978, em pleno regime militar, se pronunciaram pelo fim da ditadura. O "Grupo dos Oito", escolhido em eleição de líderes empresariais promovida pelo jornal *Gazeta Mercantil*, era formado por Antônio Ermírio de Moraes, Cláudio Bardella, Jorge Gerdau, José Mindlin, Laerte Setúbal Filho, Paulo Vellinho, Paulo Villares e Severo Gomes. Em um manifesto, eles defenderam a democracia, a empresa nacional, o disciplinamento das companhias estrangeiras atuantes no País, investimentos públicos, uma política salarial justa, gastos sociais e liberdade sindical para patrões e empregados, entre outros pontos.

Em 1980, Ermírio de Moraes, Bardella, Gerdau, Setúbal Filho e Mindlin foram reeleitos e, ao lado de Luís Eulálio de Bueno Vidigal, Olavo Setúbal, Abílio Diniz, José Ermírio de Moraes Filho e Mário Garnero, assinaram novo documen-

Ao empresariado não interessa o golpismo, pois a instabilidade é péssima para os negócios

Novo mundo. Um projeto de reindustrialização precisa levar em conta a revolução tecnológica, o impacto das mudanças climáticas e o desenvolvimento regional

to, de crítica à estratégia recessiva causadora de desemprego e desnacionalização e de defesa das instituições democráticas. Em 1998, um grupo de industriais entregou a FHC um projeto para melhorar o País e cobrou uma atitude do governo.

A enorme adesão de industriais, banqueiros, empresários do comércio e do agronegócio e suas entidades aos documentos da USP e da Fiesp foi acompanhada de alguns posicionamentos diversos. A CNI decidiu não aderir ao documento da indústria e o Ciesp, órgão da própria Fiesp, informou que não assinaria. Não faltaram tentativas de rotular a ampla manifestação como um movimento pró-Lula e anti-Bolsonaro. Em uma *fake news* elaborada nesse campo, chegou-se a dizer que o documento da entidade teria sido aprovado por apenas 15% dos sindicatos empresariais. "No caso da proposta eu estava presente, o presidente da Fiesp colocou em discussão em uma reunião plenária da diretoria. Leu a carta, que é muito curta, e quando terminou a leitura foi aplaudido pelos 80 a 100 delegados ou presidentes de sindicatos de empresas, que representam a indústria em São Paulo. Não houve ninguém que fizesse objeção nem que deixasse de aplaudir", afirma o empresário Mario Bernardini, conselheiro da entidade. "Agora, em São Paulo, tem 120 mil CNPJs industriais, evidentemente um bocado deles deve ser de bolsonaristas, imagino. Por certo, tem gente que não gostou, por entender que aquilo era um documento contra Bolsonaro, quando na realidade não é contra ninguém, é a favor do Estado de Direito, só isso. Se alguém vestiu a carapuça, problema dele."

"A instabilidade," explica Bernardini, "é péssima para os negócios. Ao empresariado não interessam situações em que se coloque em dúvida o Estado de Direito. Já temos muita insegurança jurídica." •

ISTOCKPHOTO

Além das boas intenções

SUSTENTABILIDADE Entidades do mercado movimentam-se para dar credibilidade e transparência aos investimentos ESG

POR WILLIAM SALASAR

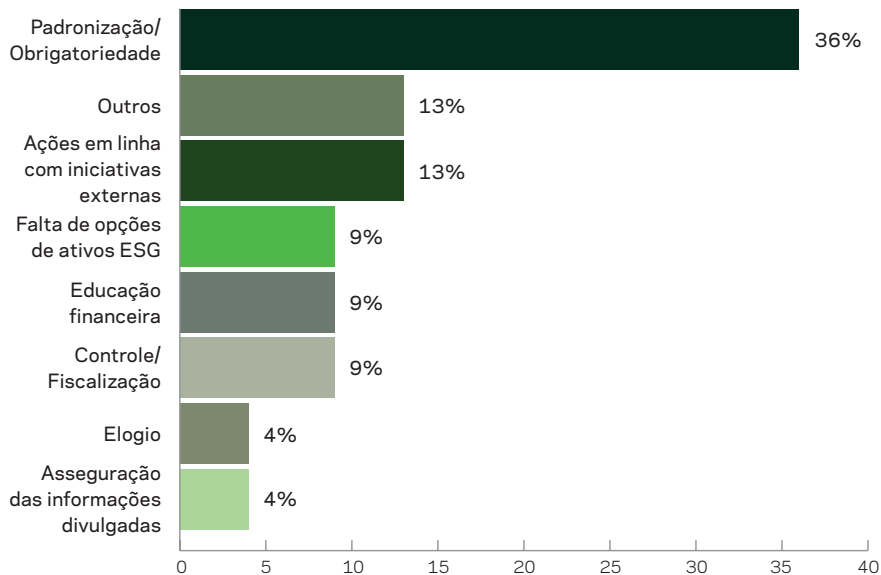
A sigla ESG é o termo da moda no mundo corporativo. Significa, em inglês, os compromissos das empresas com o meio ambiente, responsabilidade social e governança. Todo mundo se diz ou deseja se tornar ESG, mas faltam parâmetros para definir quem de fato abraçou a causa e quem só está preocupado em surfar na onda. Em geral, o mercado utiliza como critério a resposta a questionários ou a autodeclaração, como faz, por exemplo, por meio da companhia de análises financeiras internacional Morningstar, que lista 135 fundos cujos "prospectos ou outros documentos e relatórios declaram foco em sustentabilidade, impacto ou fatores ambientais, sociais e de governança" entre os 5.019 que acompanha regularmente, enquanto a Comissão de Valores Mobiliários identifica 153 em seu *site*, sem explicitar o critério dessa classificação.

São números ínfimos diante do universo de 27.507 fundos de todos os tipos e tamanhos registrados pela Anbima, com patrimônio líquido de 7,2 trilhões de reais, quase o tamanho do Produto Interno Bruto do Brasil (8,7 trilhões de reais em 2021), mas a expectativa é de que venham a crescer com o amadurecimento da padronização e normatização dos critérios de divulgação de fatores ESG pelos fundos, assim como pelas empresas em que estes investem. "Mapear os instrumentos com a denominação ASG ou ESG não é tarefa fácil, pois os dados muitas vezes não estão consolidados e claramente disponíveis, ainda não se tem uma taxonomia (classificação) que transmita com clareza aos investidores quais são os ativos classificados como investimentos sustentáveis", afirma Gabriel Emir Moreira e Silva, superintendente da área de Projetos da Fundação Instituto de Pesquisas Contáveis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi). A pedido de *CartaCapital*, a fundação fez um levantamento de fontes de financiamento. "Enquanto não se tem procedimentos que validem de maneira independente se uma empresa ou um projeto é ESG, tem-se adotado o critério de autodeclaração via questionários respondidos pelos diversos agentes econômicos que recebem esses recursos."

O CBPS, comitê integrado por várias instituições, pretende criar regras para medir se uma companhia é ou não sustentável

Pelas regras da Anbima, para usar o sufixo IS, os fundos devem comprovar que as carteiras estão alinhadas ao propósito e que nenhum investimento pode comprometê-lo. Além disso, a gestora deve cumprir uma série de exigências, como a definição e a divulgação dos dados e da estratégia, incluindo a metodologia. Deve ainda informar as ferramentas e o engajamento realizado pelo fundo, indicar potenciais limitações e apontar as ações de aferição e de monitoramento dos objetivos. No caso dos produ-

MIGUEL SCHINCARIOL/AFP E FIPECAFI

CONSIDERAÇÕES DOS INVESTIDORES A RESPEITO DOS CRITÉRIOS ASG

Fonte: Survey. Elaboração própria a partir de dados da pesquisa – 2021. CVM

Padrão. Murcia, da Fipecafi, integra o comitê empenhado em definir parâmetros para determinar os compromissos das empresas

Fatia pequena. Segundo a CVM, apenas 153 fundos, entre mais de 27 mil, declaram foco em sustentabilidade, impacto social e governança

tos que integram os fatores ESG, o compromisso de considerar essas questões no processo de gestão deve constar em documentação formal do fundo e evidenciado na metodologia. Nela estarão detalhados os filtros, indicadores e outras métricas utilizadas nos ativos. A gestora também deve atender a requisitos com relação ao compromisso, à governança e à transparência.

A gerente de Representação da Anbima, Juliana Agostino, esclareceu, em nota, que, "dada a diversidade de estratégias que podem ser utilizadas para cumprir o objetivo e o estágio ainda inicial de formação de conceitos, inclusive em nível internacional, as regras foram baseadas em critérios principiológicos, ou seja, menos prescritivos, evitando a cobrança de percentuais e determinação de abordagens específicas".

Agostino relatou as dificuldades de se quantificar no mercado brasileiro o exato volume aplicado em fundos ligados a sustentabilidade, pois as novas regras entraram em vigor há pouco tempo. Segundo a classificação da Anbima de fundos regulados pela Instrução CVM 555, existentes até 2021, a subcategoria da classe ações denominada "Sustentabilidade/Governança" era a única que contemplava investimentos sustentáveis. No fim do ano passado, algumas poucas dezenas de fundos estavam registrados nessa subcategoria e totalizavam um patrimônio líquido de, aproximadamente, 2 bilhões de reais. Agostino ressalva, porém, que pela verificação de nomenclatura, de políticas de investimento e de outras informações disponíveis, é possível identificar um número bem maior de produtos distribuídos nas diversas classes, como renda fixa, multimercados, ações e previdência, alcançando um total de ativos sob gestão ao menos dez vezes maior. Além disso, quando se faz uma análise histórica e levam-se em conta esses mesmos critérios, observa-se um crescimento de, aproximadamente, 50% no número de fundos que se autodeclaram como sustentáveis e de quase 300% nos ativos sob gestão entre 2016 e 2021, assinalou a gerente da Anbima. "Esses dados corroboraram a importância de se definirem critérios para fundos de investimento sustentáveis, a fim de se garantir o crescimento robusto e saudável desses produtos no mercado brasileiro."

Uma pesquisa com investidores que acessam o *site* da CVM, divulgada no início de maio, mostrou que os pontos mais abordados pelos participantes da sondagem remetem à padronização e obrigatoriedade da divulgação de infor-

mações ESG, a fim de facilitar a análise e a comparabilidade entre as organizações, aumentando a confiabilidade e a transparência das informações divulgadas. Os investidores, em outro ponto, destacaram a importância de o órgão regulador realizar um controle rígido das informações divulgadas. Adicionalmente, os participantes salientaram a importância da verificação externa das informações divulgadas no sentido de dar mais credibilidade e transparência às informações reportadas.

Para o diretor da Fipecafi Projetos, Fernando Murcia, a normatização sobre o tema, acompanhada da regulação por parte de órgãos com poder de exigência ("enforcement") e punição, contribuirá em ao menos quatro grandes aspectos, a começar pela divulgação obrigatória de riscos potenciais e informações com caráter negativo, pois, hoje, as empresas não têm incentivos econômicos para, voluntariamente, divulgar informações negativas, passíveis de, eventualmente, prejudicar a sua imagem perante a sociedade e/ou o seu valor econômico.

A padronização e a avaliação quantitativa dos efeitos e práticas empresariais permitirão que as políticas de sustentabilidade das empresas possam ser comparadas com pares do mesmo setor, incluindo entidades de outros países, enquanto a revisão e a auditoria das informações, seja por auditores independentes, seja oriundos das agências reguladoras, fornecerão um atestado de credibilidade para as informações sobre sustentabilidade empresarial. Por fim, a regulação servirá de guia para as empresas. "É comum ouvir de alguns administradores que falta um guia que os auxilie na forma de divulgar tais informações aos seus *stakeholders*. Atualmente, muitas empresas que objetivam ser mais transparentes simplesmente não sabem como fazer", salienta Murcia.

É justamente para promover a padronização da divulgação sobre sustentabilidade, no Brasil, que foi criado o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em moldes similares ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que traduziu e adaptou as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS). Fundado em julho, o CBPS é integrado pela Abrasca (representante das empresas), Apimec (representante dos analistas de investimento), B3 (Bolsa de Valores brasileira), CFC (órgão de classe dos contadores), Ibracon (representante dos auditores independentes) e Fipecafi (representante da Academia).

> "Muitas empresas objetivam ser mais transparentes, mas não sabem como fazer", diz Fernando Murcia, da Fipecafi

Adaptação. As regras precisam levar em conta a realidade local, diz Agostino

Murcia, representante da Fipecafi no comitê, lembra que o CBPS não terá poder de exigir, fiscalizar ou punir as empresas que não aplicarem adequadamente suas normas, função dos órgãos reguladores, entre eles a CVM, a Superintendência de Seguros Privados (Susep), o Banco Central do Brasil e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). A partir das normas e regras que disciplinem a divulgação de informações sobre sustentabilidade, será possível, no entanto, distinguir as empresas que genuinamente adotam práticas mais sustentáveis daquelas que querem apenas "surfar a nova onda". "As primeiras serão seguramente premiadas com crédito mais acessível e mais barato. O *greenwashing*, a maquiagem verde, sofrerá os efeitos de práticas literalmente insustentáveis", assegura Murcia.

Para a Anbima, que respondeu a duas consultas públicas do International Sustainability Standards Board, o CBPS deverá contribuir para facilitar a conexão entre as informações econômicas relacionadas à sustentabilidade com as demonstrações financeiras das empresas, ressaltando haver especificidades regionais a ser consideradas na divulgação de dados relacionados, pois tanto na visão de risco quanto de oportunidade há diferentes formas de análise em razão dos diferentes climas. "Considerando que cada jurisdição deverá adequar os padrões de divulgação de informações materiais de modo a incluir as especificidades regionais (especialmente no caso de informações climáticas), espera-se que, por meio do CBPS, os padrões do ISSB sejam incorporados de modo a refletir a realidade brasileira", salienta Agostino. •

A era das *fintechs*?

BANCOS Não é certo que os novos provedores de serviços financeiros vão, de fato, ampliar a concorrência no setor

POR GABRIEL QUATROCHI*

Desde os longínquos tempos de Schumpeter e Keynes, até os mais recentes de Victoria Chick e Minsky, sabe-se quão inovadores são os bancos – seja pela própria história do desenvolvimento do setor, seja pelo papel-chave no financiamento da própria atividade inovativa. Enfim, os bancos são agentes schumpeterianos *par excellence*.

Talvez por não se enquadrarem entre os setores industriais intensivos em tecnologia, pouca ênfase, dentre os estudos de inovação e concorrência, tem se dado às inovações *em processo* do setor – aquelas que contribuem para o crescimento econômico de longo prazo, por financiarem a atividade produtiva. A maioria das análises apenas pincela (com o característico otimismo bobo) as possibilidades abertas pelas inovações, sem olhar para o que acontece em volta. Justamente aí pudemos contribuir, com o objetivo de não só descrever as trajetórias tecnológicas "4.0" e seus novos agentes, mas essencialmente defrontá-los às estratégias dos muitíssimo bem estabelecidos incumbentes do setor, a fim de entender como as condições competitivas podem (ou não) assegurar a permanência das bolas da vez, as *fintechs*. Nesse sentido, avanços e melhoras na regulamentação são uma recomendação de primeira ordem se o objetivo for, mais do que "integrar" os novos *players* à estrutura de mercado precedente, realmente lhes assegurar a liquidez e a solidez financeira necessárias.

A chegada das "tecnologias 4.0" às formas de acessar e processar o serviço bancário tem tomado diversas formas no Brasil, sendo as *fintechs* (e bancos digitais) e o *open banking* as mais concretas. Possivelmente, muitos já ouviram falar: *fintechs* são empresas altamente intensivas em tecnologia para prover serviços financeiros (*banking*, empréstimos etc.). O que a maioria não sabe é que, ao menos no Brasil, líder no ecossistema de *fintechs* na América Latina e o quarto do mundo na taxa de utilização, algumas são bem mais do que pequenas *startups*. Apoiadas em investidores internacionais como o SoftBank, ou em grupos como J&F e Globo, as líderes do segmento têm recebido investimentos da monta de bilhões de dólares.

> As instituições tradicionais ainda levam enorme vantagem nessa competição

O mesmo ocorre com os bancos digitais. Com a enorme vantagem (ao menos do ponto de vista competitivo) de captar e gerenciar recursos de terceiros sem incorrer em estruturas físicas e relações comerciais que são caras e de longo prazo, os bancos digitais daqui têm recebido investimentos ainda maiores, com destaque para o Nubank, o maior banco digital independente do mundo e que, sucessivamente, quebra seus próprios recordes de montantes recebidos de investidores como Goldman Sachs e Berkshire Hathaway, de Warren Buffett.

A chegada desses novos ofertantes tem suscitado expectativas demasiadamente otimistas de uma possível redução no altíssimo *spread* bancário brasileiro e no custo médio do crédito, aumentando a eficiência do setor de intermediação de crédito. É o que se vê em posicionamentos, por exemplo, do Banco Central, co-

NUBANK CREATIVE LAB

Atração. O Nubank, entre outros, tem recebido a atenção e os aportes de grandes investidores. Mas não é a regra

mo se um salto quântico da entrada à permanência garantisse o papel *efetivo* que tais *players* possam vir a desempenhar no mercado de crédito. Parece escapar a tais análises a importância em se olhar como os bancos incumbentes têm reagido.

Desde a reforma bancária, na década de 1960, quando iniciou o processo pesado de automação do setor, os bancos gradativamente conformaram uma poderosíssima estratégia de estreitamento das relações usuário-produtor: adquirindo participações em seus fornecedores de informática para mais tarde produzirem *in house*. Assim nasceram a Digilab e a Itautec, as então subsidiárias do Bradesco e do Itaú utilizadas como estratégia para a compra de participações nos fornecedores do segmento, quando do auge do paradigma da microeletrônica, marcando aquela que seria a revolução industrial precedente àquela que supostamente está em curso.

Tais estratégias de inovação oligopolistas são bastante semelhantes às atuais. Desde 2015, o Itaú dispõe, como principal estratégia, do Cubo, o maior *hub* de empreendedorismo tecnológico da América Latina, que opera em um prédio de 13 andares em São Paulo, onde, aproximadamente, 400 *startups* trabalham diariamente no desenvolvimento de projetos para o banco. Igualmente, o InovaBra é o "ecossistema de coinovação" do Bradesco, financiado pela *venture capital* do próprio banco que investe via aquisição direta de ações ou títulos em *startups*. Sem contar o Next, o braço do conglomerado mirando os bancos digitais. O objetivo de ambas as iniciativas é claro: como sintomaticamente afirmou o Itaú, "os incumbentes precisam encontrar a inovação antes que os inovadores encontrem a distribuição".

Nesse contexto é regulamentado por aqui o *open banking*. Grosso modo, trata-se do Uber ou do Facebook dos bancos, uma vez que se utiliza da mesma tecnologia (APIs) que diz ao motorista quem e onde você está, ou que permite o acesso a diversas contas *online* com um único *login* – só que, no caso, viabilizando a distribuição dos dados das contas a todo sistema bancário, incluindo as *fintechs*. O problema? Espera-se que instituições fornecedoras de dados (incumbentes) e receptoras (recém-chegados) "cooperem" reciprocamente sob a chamada "governança de autorregulação", em que apenas alguns princípios são recomendados pelo órgão regulador, deixando todos os desenvolvimentos sujeitos a regulamentação apenas *ex post*. Não é preciso muito para saber quem deve levar a melhor.

Enquanto isso, o universo da maioria das *fintechs*, sem acesso aos fundos internacionais ou aos grandes oligopólios nacionais, segue a gravitar como correspondente bancário ou empresa de TI. Sim, pois, apesar da regulamentação desde 2018, menos de 5% do total de *fintechs* no Brasil foram reconhecidas, cerceando-lhes as possibilidades de obtenção de financiamento – dificuldade essa, inclusive, apontada como uma das principais barreiras ao crescimento. Talvez por isso, boa parte tenha a intenção de deixar o mercado ou considere os bancos como "compradores potenciais" ou "futuros parceiros de negócios". •

**O autor é doutorando pelo Instituto de Economia da Unicamp. Este é um resumo do artigo acadêmico em parceria com Ana Lúcia G. da Silva e José Eduardo Cassiolato (*Quatrochi; Silva; Cassiolato. Banks 4.0 in Brazil: Possibilities to Ensure Fintechs Financing Role Through its Market Positioning. Innovation and Development: https://doi.org/10.1080/2157930X.2022.2086336*).*

Há limites para tudo

> “UMA RUPTURA INSTITUCIONAL PENALIZARIA O AMBIENTE DE NEGÓCIOS”

PEDRO PASSOS, empresário fundador da Natura

▶ **Os maiores bancos rejeitam oferecer crédito consignado a beneficiários do Auxílio Brasil**

Conjunção astral raríssima alinhou Bradesco, Itaú e o Instituto de Defesa do Consumidor em oposição à oferta de crédito consignado para beneficiários do Auxílio Brasil, aprovado pelo presidente Jair Bolsonaro. Os próprios presidentes dos dois maiores bancos privados do País, Octavio de Lazari Júnior (Bradesco) e Jorge Maluhy (Itaú), declararam, em público, que esse tipo de empréstimo é inadequado para pessoas “vulneráveis”. Santander, BMG, Inter e Nubank também notificaram a imprensa de que não vão operar a linha. Segundo o Idec, trata-se de “um retrocesso na luta contra o superendividamento da população, principalmente entre os mais pobres”. A perspectiva é de que os juros cheguem a 79% ou até 98% ao ano. “Como é uma taxa de juros muito alta e uma operação em que os beneficiários terão o auxílio por período definido, entendemos que é melhor não operar na carteira, pois estamos falando de vulneráveis”, afirmou o presidente do Bradesco. Para a coordenadora do Programa de Serviços Financeiros do Idec, Ione Amorim, o consignado do Auxílio deveria ser operado somente pela Caixa, amparado em um fundo do governo que “teria o intuito de proteger os consumidores vulneráveis da restrição ao acesso a bens básicos de consumo e ao superendividamento”.

O PESO DOS ALUGUÉIS

O Índice de Variação de Aluguéis Residenciais subiu 1,05% em julho e acumulou alta de 8,65% em 12 meses – acima dos 8,05% registrados em 12 meses até junho, calcula o Instituto Brasileiro de Economia, ligado à Fundação Getulio Vargas. No mês de julho, todas as cidades pesquisadas pela FGV registraram elevação na variação média do aluguel residencial. O maior reajuste ocorreu em Belo Horizonte, aumento de 2,49%. Em 12 meses, os aluguéis na capital mineira ficaram 9,71% mais caros. Nesse período, os maiores aumentos ocorreram no Rio de Janeiro (10,41%) e em São Paulo (8,99%).

Zé Marmita

Uma pesquisa da Sodexo Benefícios e Incentivos, realizada com 3.931 trabalhadores em todo o País entre 13 e 15 de julho, mostra que 65% deles costumam levar marmita para o trabalho, em vez de comer no restaurante e pagar 40,64 reais, na média apurada pela Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador. Dos empregados que costumam almoçar em restaurantes, 17,22% pedem o prato feito, 14,68% vão a restaurante por quilo e só 3% a restaurantes *à la carte*. Dos que levam marmita, 51,72% o fazem todos os dias e 20,63%, de duas a três vezes por semana.

MORNINGSTAR

Sustentabilidade

Os fundos sustentáveis globais registraram captação líquida de 32,6 bilhões de dólares no segundo trimestre de 2022, queda de 62% em relação aos 87 bilhões do primeiro trimestre, contabiliza a empresa de informações financeiras Morningstar. Mesmo assim, foram melhores que o mercado mais amplo, que registrou resgate líquido de 280 bilhões de dólares no período. Os ativos de fundos sustentáveis globais encolheram 13,3%, para 2,47 trilhões, menor que a queda de 14,6% para o mercado mais amplo. A Morningstar registrou, ainda, o lançamento de 245 novos fundos sustentáveis no mundo.

Aspirador

A Amazon vai comprar a fabricante de aspiradores robôs iRobot Corp. por cerca de 1,7 bilhão de dólares. A ideia é não só acrescentar mais um eletroeletrônico "inteligente" ao seu carrinho de compras, mas devassar dados das casas que o aspirador Roomba limpa para usá-los no desenvolvimento da chamada "tecnologia doméstica inteligente". Analistas apontam o início de uma onda de fusões e aquisições liderada por empresas com o caixa abarrotado (como a Amazon, que tem mais de 37 bilhões de dólares disponíveis) em busca de *startups* com valores deprimidos.

NÚMEROS

1,046 bilhão

lucrou no segundo trimestre a XP Investimentos

2 bilhões

de reais pagou a AES por três parques eólicos da Cubico

326%

cresceu o consórcio de veículos pesados e máquinas agrícolas nos últimos cinco anos

REDES SOCIAIS, ANDRÉ COELHO/GETTY IMAGES/AFP E RENATO LUIZ FERREIRA

O regresso da velha ordem

TAIWAN A visita de Nancy Pelosi acelera a formaçãode dois blocos, como nos tempos da Guerra Fria

POR JOSÉ SÓCRATES*

Se fosse adepto de teorias da conspiração, diria que a decisão de Nancy Pelosi de visitar Taiwan ficou a dever à influência de uma qualquer infiltração chinesa no seu partido. A visita foi um erro político tão estouvado que parece ter sido feito a pedido da China. Em primeiro lugar, esse erro permitiu a Pequim reforçar a sua principal reivindicação política de uma só China, que está, como sabemos, absolutamente legitimada por uma resolução das Nações Unidas. Em segundo lugar, a visita permitiu também reforçar a legitimidade do Partido Comunista, que é, como sabemos, baseada no sucesso econômico, na unidade nacional e na defesa do país contra as ameaças externas. Em terceiro lugar, a visita permitiu lembrar a opinião pública chinesa de que Taiwan representa a última das limitações à soberania nacional e evocar a forte memória histórica de um século de humilhações ocidentais. Finalmente, a visita também reforçou a ligação entre a China e a Rússia, que era tudo o que o Ocidente menos precisava neste momento. Em suma, a visita foi um desastre para as pretensões geopolíticas dos Estados Unidos.

E, não, a resposta chinesa não é desproporcional. Ela reflete, isto sim, a assimetria de interesses na zona do Estreito de Taiwan. Para a China trata-se de reclamar a sua soberania sobre um território perdido e proteger a sua segurança nas proximidades do seu país. Para os Estados Unidos, os seus interesses têm a ver com manter alianças com outros países, manter a hegemonia política e militar na região do Indo-Pacífico e proteger a liberdade de navegação. Não é a mesma coisa. Os dois países têm motivações diferentes para agir e esse quadro de interesses deixa os aliados norte-americanos menos confiantes nos compromissos dos seus parceiros. Os exercícios militares chineses destinaram-se a exprimir, perante toda a comunidade internacional, uma das mais importantes prioridades da sua política externa, que está, como já referi, devidamente legitimada pela história e pelo direito internacional. Se fosse ao contrário, se os Estados Unidos realizassem exercícios militares junto da sua fronteira para expressar uma prioridade política legítima de soberania e de segurança, ninguém os consideraria desproporcionais. O uso de duplos critérios nas relações internacionais não resolve nenhum problema, só os agrava.

> **A viagem mostrou-se um desastre** para as pretensões geopolíticas dos EUA

Em benefício de uma melhor compreensão dos acontecimentos atuais, talvez seja adequado certo esforço de enquadramento histórico. Primeiro ponto. A maior mudança geopolítica ocorrida nos últimos 40 anos foi o súbito deslocamento do centro de gravidade econômico mundial do Ocidente para o Oriente (o momento de maior visibilidade desse fenômeno deu-se em 2019, quando a economia chinesa ultrapassou a dos Estados Unidos em paridades do poder de compra). Segundo ponto. Mudanças como esta ocorreram antes na história, mas nunca num nível tão rápido. Terceiro ponto. Esta mudança fica a dever-se, em especial, ao extraordinário crescimento econômico chinês conseguido nas últimas quatro décadas (mais uma vez, julgo que é justo contar a partir

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 48

Peru. Castillo é mais um presidente fustigado pelo Congresso

da chegada de Deng Xiaoping ao poder). Quarto ponto, e talvez o menos reconhecido. Este sucesso foi conseguido num quadro de governação mundial dominado pelo Ocidente, com instituições ocidentais e com regras ocidentais. Em resumo, a China foi a grande vencedora da globalização promovida entusiasticamente pelo Ocidente. As alterações na riqueza das nações sempre trazem consigo mudanças na distribuição e no equilíbrio de poder internacional. É, portanto, absolutamente normal e razoável que a China reclame uma nova participação na ordem econômica mundial que seja equivalente ao seu novo estatuto. Estranho seria se não o fizesse.

Por outro lado, quando olhamos com objetividade para o quadro militar na zona do Indo-Pacífico, podemos ver que os Estados Unidos têm centenas de bases militares na região (só no Japão são 23). A China não tem nenhuma (a única base militar chinesa no estrangeiro é em Djibuti, aberta em 2017). Com esses números é difícil dizer quem está a cercar quem. Nos tempos de Bill Clinton e de George W. Bush, a China era vista como um "parceiro estratégico", ou como um "membro responsável" da comunidade internacional. No fim da década passada, tudo mudou. Em 2017, a estratégia de segurança nacional passou a considerar a China um "competidor estratégico" e a afirmar que os Estados Unidos procurariam áreas de cooperação com os seus competidores "a partir de uma posição de força, acima de tudo assegurando que o nosso poder militar continuará inigualável". Com esse discurso oficial é difícil dizer quem ameaça quem.

Bagunça. De olho nas eleições parlamentares de novembro, Pelosi foi procurar em Taiwan sarna para se coçar

HECTOR RETAMAL/AFP E SAM YEH/AFP

As diversas "ordens mundiais" sempre resultaram mais da contingência política e do incidente fortuito do que de doutrinas estratégicas previamente concebidas. Este momento, infelizmente, não é diferente. O que quer que seja que esteja a nascer desta situação de guerra na Ucrânia, desta visível corrida aos armamentos e do escalar da tensão política entre a China e os Estados Unidos, é possível identificar a linha de força da nova ordem em construção – a separação dos mundos. Dois campos, dois blocos políticos, dois mundos. De um lado a China e a Rússia, compondo o núcleo essencial de um bloco. Do outro, os Estados Unidos formando com os países do G-7 a vanguarda do grupo ocidental. Durante os quase 30 anos que se seguiram à Guerra Fria, muitos tentaram centrar o debate político internacional na organização da globalização: um só mundo, um só planeta, uma agenda de cooperação mundial. Esse mundo parece estar a desaparecer. E, pior ainda, sem resistência política que se oponha. •

**Ex-primeiro-ministro de Portugal.*

A mediocridade como meta

PERU No país da crise política infinita, Pedro Castillo é cada vez mais refém do Congresso e do poder econômico

POR GILBERTO MARINGONI*

Na manhã da quinta-feira 4, a agenda do presidente do Peru marcava um compromisso protocolar para dali a três dias. No domingo, Pedro Castillo iria a Bogotá para a cerimônia de posse de Gustavo Petro na presidência da Colômbia. No fim da tarde, aconteceria algo inédito na história do país: o Congresso, sem maiores justificativas, negaria o curto afastamento. "Uma vergonha", classificou o mandatário ao saber da medida.

O jogo de miudezas, chantagens e grandes interesses entre os três poderes da República transformou o primeiro ano do governo de Castillo, comemorado em 28 de julho, numa sequência de imprevistos e súbitas mudanças de rota. Na conta entram sua total inaptidão para o cargo, admitida por ele em entrevista recente, e a incapacidade de articular uma gestão minimamente coerente e estável.

A reprovação ao governo chegou a 76% em abril último, segundo sondagens do Instituto Ipsos. É verdade que os indicadores melhoraram dois meses depois: em junho, a marca descera para 70%. O Congresso, que tem poderes para destituir o presidente, enfrenta situação pior, com 75% de avaliações negativas. O paradoxo faz com que apenas 42% da população apoie um processo de *impeachment*, o que pode evitar a terceira tentativa de destituição que tramita entre os parlamentares. A causa principal dos descontentamentos é a situação econômica. Apesar de um crescimento do PIB da ordem de 3,8% nos últimos 12 meses, a pesquisa indica que 73% dos eleitores viram a situação piorar no mesmo período e 52% acham que as coisas tendem a se agravar. A inflação passa dos 8% ao ano, alta para a média histórica. Em uma economia pautada pela exportação de *commodities* e centrada no extrativismo mineral, os bônus do crescimento dificilmente se distribuem pela sociedade.

Castillo tem pouco a apresentar como realizações de governo. Além do Congresso e de uma imprensa hostil, o ex-professor rural não consegue concretizar as principais promessas de campanha. O envio de um projeto de consulta popular ao Legislativo com vistas à convocação de uma Assembleia Constituinte, em abril deste ano, foi arquivado no mês seguinte. O governo vive permanentemente aos sobressaltos e o improviso é a marca maior da administração. No dia 3 de agosto, Aníbal Torres, presidente do conselho de ministros, o quarto desde o início do mandato, comunicou sua renúncia ao cargo, por "motivos pessoais". Apesar de mais seis ministros terem saído, o presidente não aceitou a demissão de Torres e tenta ganhar tempo até encontrar um substituto com respaldo parlamentar. O titular do Interior foi trocado sete vezes desde julho do ano passado. No total, houve 57 alterações, num gabinete de 19 pastas. Classificado como um radical de esquerda na campanha, sua localização no espectro político agora oscila ao sabor das negociações parlamentares.

> **Errático, o presidente só persegue um objetivo: evitar o *impeachment* antes do fim do mandato**

Em 6 de agosto, Castillo denunciou as articulações contra ele como "golpistas". A afirmação não é infundada. As facilidades para a destituição de um chefe de Estado e de ministros são, no entanto, consagradas numa Constituição que dá enormes poderes ao Congresso e ao Ministério Público. A Carta não define claramente o tipo de regime vigente, mas vigora uma espécie de parlamentarismo não declarado.

Na mensagem à Nação, discurso de quase duas horas pronunciado no Congresso no aniversário do mandato, Castillo fez um laudatório balanço de seus 12 meses no cargo e acusou os meios de comunicação de manter a população desinformada e de trabalhar por sua queda. Em sua visão, o país cresce, a pobreza se reduz, os serviços públicos se ampliam e as denúncias de corrupção são feitas "sem prova alguma". O anúncio da entrada do país na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é apresentado co-

O caricato Castillo foi abandonado pelo próprio partido

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO PERU

mo grande feito da diplomacia nacional.

A ziguezagueante conduta presidencial levou o seu partido, o Peru Livre, a romper com o governo, no fim de junho. Com a maior bancada individual no Congresso – 37 assentos numa assembleia unicameral de 130 congressistas –, a agremiação manifestou-se duramente: "Destacamos que as políticas empreendidas pelo seu governo não têm consequência com o que foi prometido durante a campanha eleitoral e menos ainda com o programa partidário, implementando um programa neoliberal que saiu perdedor".

Apesar do rumo incerto, é possível estabelecer um corte geral entre apoiadores e opositores. O ex-professor conta ainda com razoável respaldo entre setores populares e de esquerda, que veem sua possível destituição como um retrocesso. Tentando minorar a crise social, o governo lançou uma série de bônus para famílias vulneráveis, ao mesmo tempo que manifesta apoio a agendas conservadoras, como um projeto de lei que faculta às famílias a aprovação prévia dos currículos escolares das escolas. As organizações opositoras são orientadas pelo conservadorismo de direita. Mas o corte é gelatinoso. Entidades de direitos humanos deploram as visões retrógradas do dirigente, em especial em temas como direitos sexuais e ao aborto.

Castillo é o quinto peruano que chega ao poder desde 2016. Pedro Pablo Kuczynski renunciou antes de completar dois anos de mandato, diante do escândalo de corrupção a envolver a atuação da Odebrecht no país. Seu vice, Martyin Vizcarra, permaneceu no cargo por um ano e meio até cair em polêmica votação legislativa, em novembro de 2020, também sob acusações de corrupção. O então presidente do Congresso, Manuel Merino, assumiu a função por cinco dias e renunciou diante de uma crescente onda de protestos de rua. Um novo presidente do Legislativo, Francisco Sagasti, completou os oito meses restantes do mandato presidencial, até as eleições de 2021. Nesse meio-tempo, Alan Garcia, presidente por duas vezes, se suicidou pouco antes de ser preso por acusações de corrupção, em abril de 2019, e Alejandro Toledo, que exerceu o mandato entre 2001 e 2006, encontra-se encarcerado nos Estados Unidos, também por acusações de corrupção. O ex-secretário-geral da presidência atual, Bruno Pacheco, entregou-se à Justiça, após permanecer três meses foragido diante da acusação de vários crimes de corrupção.

Premido pela própria inépcia e falta de capacidade política e pelo pesado jogo da direita, a meta maior de Castillo é sobreviver no poder até 2026. À frente de uma gestão medíocre, na melhor das hipóteses. •

**Professor de Relações Internacionais da UFABC e coordenador do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (Opeb).*

As cores da Colômbia

TheObserver Com a vice-presidente Francia Márquez, negros e pobres se veem representados no poder pela primeira vez

POR JOE PARKIN DANIELS, DE MEDELLÍN

Esteban Sinisterra Paz, um *designer* de moda de 23 anos da região pobre e conflituosa do Pacífico na Colômbia, mal tinha começado sua carreira quando recebeu a ligação de uma cliente que faz história. Francia Márquez, a renomada ativista ambiental e primeira vice-presidente eleita negra da Colômbia, estava na linha e queria encomendar duas roupas. "Quando recebi a ligação, foi incrível, pois não era apenas sobre mim ou ela, era sobre toda a nossa comunidade", disse Sinisterra, afro-colombiano que administra a marca de roupas sob encomenda Esteban African. "Esta é uma história escrita por todos aqueles que foram excluídos e ignorados, mas um dia se levantaram e disseram: 'Queremos mudanças para a nossa comunidade'."

Sinisterra e milhões de outros eleitores realizaram seus desejos na noite de 16 de junho, quando Gustavo Petro, 62 anos, ex-guerrilheiro e ex-prefeito de Bogotá, a capital, conquistou a presidência após uma longa e dura campanha para arrancar o poder das elites políticas do país. Desde o domingo 7, quando Petro tomou posse, o país passou a ser governado pela primeira vez por um militante de esquerda.

Sua campanha foi reforçada pela adição de Márquez, 40 anos, à chapa, que ganhou manchetes em todo o mundo quando se tornou candidata a vice de Petro, em março. Assim como Petro, que na juventude integrou o agora extinto grupo rebelde M-19, Márquez é vista como uma forasteira incendiária. Grande parte de seu apoio decorre de não ser uma política típica, de pele clara e do rico meio político e empresarial. "A vitória deles me fez realmente acreditar na democracia", disse Sinisterra. "Ninguém, como eu e Francia, era levado em consideração, mas agora sabemos que podemos alcançar muito quando trabalhamos coletivamente."

Márquez, mãe solteira e ex-empregada doméstica, ganhou o prestigioso Prêmio Goldman, em 2018, por seu ativismo contra uma mina de ouro em sua aldeia, ao liderar 80 mulheres em uma marcha de 560 quilômetros até Bogotá. Assim como Márquez, Sinisterra foi deslocado pelo conflito da Colômbia com grupos rebeldes, incluídas as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que agitam o campo há décadas, tiraram mais de 260 mil vidas e forçaram 7 milhões a deixar suas casas. Outros grupos rebeldes, como o ainda ativo Exército de Libertação Nacional (ELN), paramilitares alinhados ao Estado e forças de segurança colombianas, também cometeram atrocidades. Um acordo de paz assinado com as Farc, em 2016, deveria levar o desenvolvimento às comunidades rurais, mas, em vez disso, outros grupos armados, com ideologias de esquerda e de direita, mas unidos pelo envolvimento no tráfico de drogas, surgiram e agora disputam território.

> "Esta é uma história escrita por todos aqueles excluídos e ignorados", diz o estilista Esteban Sinisterra

Sinisterra foi forçado a fugir de sua casa na província de Nariño, no sudoeste da Colômbia, quando criança, após os combates entre grupos rivais ficarem muito intensos. "Tantos grupos armados estavam por perto, nem sabíamos qual era qual, mas minha família entendeu que tínhamos de sair", disse o estilista. "Fui um dos poucos jovens colombianos que conseguiram escapar da guerra."

O estilista disse que as roupas de Márquez, coloridas e estampadas, refletem as tradições afro-colombianas. "Vermelho é a cor que usamos quando queremos criar esse impacto da força de uma mulher do Pacífico", disse Sinisterra. "Francia nunca teve sua própria estética porque ela estava tão focada em sua luta, então foi ótimo trabalhar com ela na criação de uma, sem perder a sua essência."

Apesar da onda de apoio a Márquez e Petro em comunidades marginalizadas e muitas cidades, a dupla enfrentará uma série de desafios nada invejáveis no cargo. A inflação tem aumentado simultanea-

mente à dívida nacional. A produção de cocaína está em alta e a vizinha Venezuela continua atolada na crise econômica, com refugiados a sair todos os dias para a Colômbia. Petro, conhecido por ter um ego enorme e estilo arrogante, também terá de administrar sua vice-presidente, que comanda sua própria base de apoio e é recém-chegada à política, não acostumada com as negociações muitas vezes necessárias nos salões do poder. "Márquez é uma ativista acostumada a exigir coisas muitas vezes impossíveis", disse Sergio Guzmán, diretor e cofundador da consultoria Colombia Risk Analysis. "Então, a pergunta é: por quanto tempo ela terá paciência até que Petro cumpra suas promessas de reforma rural, justiça econômica e renegociação do acordo de livre-comércio com os Estados Unidos?"

JUAN BARRETO/AFP E REDES SOCIAIS

Estilo. Sinisterra (*ao lado*) desenhou o vestido usado por Francia Márquez, vice de Petro, na noite da vitória. "O vermelho é símbolo da força da mulher", diz

Para os apoiadores de Márquez, ela representa uma rara chance de promover os direitos dos mais pobres na Colômbia, que comemoram sua intenção de criar um ministério da igualdade. "Francia é a primeira vice-presidente negra de um país que por muito tempo decidiu tornar gente como ela invisível e só prestava atenção aos homens brancos", disse Yacila Bondo, jovem ativista afro-colombiana. "Agora o panorama está totalmente aberto." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Semeou bom humor

JÔ SOARES Ele próprio foi semeador por toda a vida e sua plateia teve o tamanho do Brasil. Durante a ditadura, nunca teve medo de desafiá-la com suas personagens, quando diante do vídeo postavam-se jararacas e cascavéis fardadas

POR MINO CARTA

Um velho amigo velho, voltado para encantar plateias, faz poucos dias foi atuar no palco do Além. Conheci Jô Soares há muitos anos, quando eu dirigia a redação de *Veja*. Hoje lembro dele com carinho, e da coragem que nunca lhe faltou. Desafiava a ditadura com suas personagens nos tempos em que a Globo estava livre de Ali Kamel e do decálogo de William Bonner.

Quando ele passou a ter o programa *Jô Onze e Meia* no SBT, me convidou amiúde e vivemos então noitadas fantásticas promovidas pela jornalista Dilea Frate. Logo em seguida, era hábito jantarmos no restaurante Massimo e lembro da noite em que, de regresso de um papo na tevê, me oferecera a oportunidade de chamar a atenção para a gola abundante dos paletós de Fernando Henrique, provocada pelo respeito, e a abnorme quantidade de pontes e túneis inaugurados por Paulo Maluf. Nos encontramos à beira de um peixe assado e de um copo de vinho e rimos horas adentro.

O seu humorismo, embora sutil, era da compreensão perfeita de qualquer gênero de espectador. Acentuo que diante do vídeo postavam-se jararacas e cascavéis, fardadas ou não, e nem por isso lhe causavam receios ou mesmo medo, era também encantador de serpentes. Certa vez, ao publicar um dos meus livros, briguei com ele porque, no retorno à Globo, não me convidara para seu programa. Arrependo-me até hoje: convidou-me um mês depois, e eu não era bem-visto naquelas paragens, muito pelo contrário.

Inesgotável a sua capacidade de criar personagens inesquecíveis, sempre representativas do período atravessado pelo Brasil em quadras sombrias ou tranquilas. Lembro de todas, e mais de algumas como aquela de rabo preso, a do pai orgulhoso incautamente do filho. Foi no teatro que o encontrei pela última vez, assistíamos à peça de Molière, *O Doente Imaginário*, com Paulo Autran e Karin Rodrigues. Mas são tantos os inefáveis tipos do seu repertório, que é impossível omitir: sua presença na ribalta ou no restaurante, onde quer que fosse, precipitava a diversão refinada, elegante e jamais pretensiosa.

E bem me sentia, em paz com a vida, e disposto a instantes de grande alegria toda vez que sentei no sofá ao lado dele na mesa de comando, pronto a explorar

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 54
Empecilhos sem fim.
Eventos tradicionais abrem mão do uso da Lei Rouanet

Excepcional ator, intérprete da sua alegria espontânea

o bom humor dos visitantes e da plateia. Havia um toque afetuoso de bonomia com eles e com os assistentes, a revelar a alma boa de quem comandava o espetáculo. Leu os meus livros, quatro ao todo, antes de publicados, sua opinião era francamente preciosa. Era culto sem alarde.

Pergunto aos meus inquisitivos (no bom sentido) botões: será possível um ser humano semear bom humor por onde quer que passe, como se dava com São Pedro, quando roçava pelas doenças dos semelhantes? Inclusive, aleijados e coxos. É este um traço muito forte do caráter do Jô, também conhecido como O Gordo, de modo a exibir popularidade, o volume mexia com os espectadores e ouvintes qual fosse um elemento da sua graça.

O Gordo, inegavelmente, faz muita falta ao Brasil, tanto mais quando não conseguimos colocar um sorriso na ponta dos lábios, por razões óbvias, creio eu, dadas as circunstâncias bolsonaristas. E, obviamente, me pego a bordar os brucutus que Jô inventaria para sustentar o *premier* demente. Era um excepcional ator ao interpretar as suas personagens, sujeitas às imitações de tantos, às vezes involuntárias, por obra de um estranho fenômeno pelo qual as personalidades do imitador e do imitado se confundem.

Formidável Jô, eternamente alerta para nos contar a história do seu jeito, enredo para estimular a percepção dos pendores mais recônditos da figura esculpida, antes de mais nada, com rigor artístico. Ali estava o visitante de algumas noitadas felizes, esperado fervorosamente por uma plateia da dimensão do próprio País. •

KARIME XAVIER/FOLHAPRESS E ACERVO TV GLOBO

Uma lei, mil e um empecilhos

POLÍTICA CULTURAL Seis meses após a publicação de novas regras de patrocínio, produtores de projetos tradicionais começam a abrir mão dos incentivos

POR ANA PAULA SOUSA

Quando veio a público, em fevereiro deste ano, a Instrução Normativa 1 deixou atônito o setor cultural. Na prática, a regulamentação engendrada pela Secretaria Especial da Cultura, então comandada por Mário Frias, inviabilizaria vários projetos feitos com incentivos federais.

Passados seis meses, enquanto Frias faz campanha para deputado federal, os efeitos da IN ganham materialidade. Em junho, uma segunda IN, a número 2, alterando a primeira, foi publicada. Mas ela pouco melhorou as coisas.

Embora, desde o início do governo Bolsonaro, as pressões sobre o modelo de renúncia fiscal sejam enormes, a captação, até 2021, tinha se mantido nos patamares anteriores. Agora, isso tende a mudar.

Na semana passada, a Mostra Internacional de Cinema de São Paulo anunciou que fará a 46ª edição, em outubro, sem a Lei Federal de Incentivo à Cultura – a Lei Rouanet – e lançou um programa de patronos. Também o Festival de Inverno de Campos do Jordão, encerrado no último domingo de julho, viabilizou a 52ª edição sem a lei.

"Nosso escritório é conhecido por sempre dizer: 'Vamos lá!' Pela primeira vez, me vejo dizendo: 'Desta vez, não vai dar'", conta a advogada Cristiane Olivieri, resumindo o estado de espírito do setor.

Cristiane observa que, para além dos empecilhos concretos, as INs criaram uma enorme insegurança jurídica – inclusive, porque várias regras não são claras. "Algumas deliberações parecem, simplesmente, ter problemas de redação. Mas quem vai arriscar?", pergunta.

Se há muito tempo os pequenos produtores penam para lidar com as exigências e as prestações de contas da lei, hoje também as instituições maiores, que contam com grandes escritórios de advocacia e equipes contábeis, se sentem assim.

Para a Mostra, um evento anual, sem estrutura fixa, caminhar por esse labirinto legal tornou-se inviável. "Na secretaria, ninguém dá clareza de nada. Há meses, prometem publicar novas regras para resolver algumas coisas. Prometem para dentro de 30 dias, mas nunca sai", diz Renata de Almeida, diretora da Mostra.

> "Algumas deliberações parecem ter, simplesmente, problemas de redação", diz Cristiane Olivieri

A IN prevê, por exemplo, que um evento do porte da Mostra ofereça, como contrapartida ao uso da lei, um curso de 40 horas, presencial, para mil pessoas, sendo 50% delas "estudantes e professores de escolas públicas, crianças em orfanatos ou idosos em casas de repouso".

Exigências inviáveis. A Mostra Internacional de Cinema de São Paulo lançou um programa de patronos para ajudar na realização da sua 46ª edição

MÁRIO MIRANDA FILHO/MOSTRA SP

"Sempre fizemos ações de formação, mas algo nessa proporção escapa da nossa capacidade, e é impossível obrigar as pessoas a frequentar cursos ou salas de cinema, mesmo gratuitos", pontua Renata. Para não correr o risco de se comprometer a entregar ações irrealizáveis, ela fará o evento com os recursos diretos aportados por Sesc, Spcine e Projeto Paradiso e com o programa de patronos, que oferece cotas a partir de 2 mil reais.

Chai Rodrigues, produtora do grupo de circo e teatro LaMínima, cuja estrutura faz jus ao nome, não nega que, apesar de as oficinas integrarem, há anos, a rotina da companhia, as novas demandas a inquietam. "Estamos falando de um projeto artístico, não pedagógico. Se isso não for bem dosado, podemos ter uma distorção", diz, ecoando a diretora da Mostra.

O LaMínina está em turnê por nove cidades de Minas Gerais e do Espírito Santo, em um projeto de celebração dos 25 anos do grupo (*ler texto à pág. 56*) contemplado, via Lei Rouanet, por um edital da Vale. O périplo enfrentado por eles é revelador do desmonte da estrutura de fomento – processo do qual as duas INs são o cume.

Após ser selecionada no edital, no segundo semestre de 2021, a companhia tinha três meses para obter o número do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) – registro oficial do projeto no governo. O tempo corria, e nada.

Passados mais de dois meses, veio o aguardado retorno: o projeto tinha sido arquivado por causa de um erro. O número de apresentações divergia em dois campos. "Corrigimos e pedimos o desarquivamento. Levou mais de um mês para o pedido ser processado", conta a produtora. Um dos artistas do LaMínima, Fernando Sampaio, chegou a aproveitar uma apresentação em Brasília para ir à sede da Secretaria. Deu com a cara na porta.

"Diariamente, eu mandava *e-mails* para todos os endereços disponíveis no *site*", detalha Chai. Aos 45 do segundo tempo, o projeto foi habilitado. Mas a saga não acabava ali. Depois de passar pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, rito usual, o projeto teve de ser referendado pelo secretário de Cultura – exigência criada em um decreto publicado no ano passado.

Quando o projeto chegou a essa fase, Frias tinha acabado de deixar a pasta. "Em uma das únicas vezes em que consegui ser atendida por telefone, uma pessoa me disse: 'Você precisa ter calma. O secretário tem muitos projetos para ler. E ele ainda precisa se adaptar'". Entre idas e vindas, a companhia, já no limite do prazo,

pôs, na semana passada, o pé na estrada.

Outro ponto sensível diz respeito aos Planos Anuais, que podem – ou podiam – ser apresentados por instituições com atividades contínuas e perenes. As INs tiraram essa possibilidade, por exemplo, dos museus privados – caso do Masp – e estabelecem que todos os planos terão de ser submetidos ao secretário. “Muitas instituições têm os planos anuais vigentes (*alguns apresentados em 2019*). Mas, em 2023, vamos ter uma crise de proporções inimagináveis”, antecipa Cristiane.

Marcelo Lopes, diretor-executivo da Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp), enviou o plano de 2023 para a Secretaria e aguarda a avaliação. “As alterações implicam uma nova estruturação de despesas e menor flexibilidade de atividades, sobretudo fora da Sala São Paulo”, explica. “Ainda não sabemos, por exemplo, como realizar os festivais de Verão e Inverno de Campos do Jordão e os concertos itinerantes, fundamentais para a circulação do produto cultural.”

Outra bomba-relógio é que, desde fevereiro, a publicação dos números de Pronac tem ocorrido a conta-gotas. Sem Pronac, não há captação. E, como se sabe, sem captação de recursos incentivados, dificilmente há patrocinador.

“A lei foi criada para mostrar para a iniciativa privada que valia a pena investir em cultura”, lembra Renata, retomando a origem do programa pensado por Sérgio Paulo Rouanet no início dos anos 1990. “Mas, como o investimento sempre foi 100% incentivado, acho que a lei passou o recado errado: só vale a pena investir em cultura com renúncia fiscal de 100%.” •

Périplo. O LaMínima tinha patrocínio, mas não conseguia contato com a Secretaria

25 ANOS DE PALHAÇADAS

Na pandemia, o LaMínima voltou a se apresentar em praças e a “passar o chapéu”

Em 2021, quando a pandemia começou recrudescer, o grupo LaMínima voltou ao início de tudo: iam para praças de São Paulo e de Cotia com uma caixa de som, vários apetrechos e um chapéu.

A qualidade das performances, além de impressionar os desavisados, passou a atrair quem já os conhecia. Ao fim de cada apresentação, os palhaços passavam o chapéu e falavam que a pandemia não lhes deixou alternativa a não ser retornar às ruas, ambiente onde nasceram, em 1997.

Criado por Fernando Sampaio e Domingos Montagner, o LaMínima estreou com o espetáculo *LaMínima Cia. de Ballet*. Nele, Sampaio e Montagner, os palhaços Agenor e Padoca, recuperavam velhas paródias acrobáticas e mostravam seu talento para o humor físico. Desde então, foram 16 espetáculos, dezenas de prêmios e, no meio do caminho, uma tragédia.

Em 2016, quando o grupo se preparava para celebrar 20 anos, Montagner morreu afogado no Rio São Francisco, durante as gravações da novela *Velho Chico*, na TV Globo. “Fomos, durante 30 anos, uma dupla de palhaços. A passagem do Domingos foi algo muito forte, muito duro”, diz, contido nas palavras, Sampaio.

Ambos haviam se conhecido no Circo Escola Picadeiro, em São Paulo, em meados dos anos 1980. Sampaio decidira virar palhaço depois de ver a peça *UBU – Folias Físicas, Patafísicas e Musicaes*, dirigida por Cacá Rosset, do Ornitorrinco. Foi estudar com Roger Avanzi, o Picolino, e assim retorceu seu destino.

Administrador de empresas, passou a dividir-se entre o trabalho em escritório e apresentações em praças, festas de criança e portas de lojas. Até que chegou a hora de apenas fazer rir. “É um ofício que não é nosso pai que escolhe para a gente, né?”, diz. “Apesar de ser verdade que a gente mata um leão por dia, é maravilhoso.”

CARLOS GUELLER

RITA VON HUNTY

A miséria, a economia e a fé

▶ Com ecos do integralismo, o discurso radical bolsonarista apoia-se em um tripé ideológico e político

Temos um mês e 21 dias até o primeiro turno do pleito eleitoral. Que ainda haja uma parcela expressiva da população determinada a votar em Bolsonaro parece uma questão urgente para os debates sobre a possibilidade de construção de outro país, após seis anos de erosão e dilapidação do nosso parco exercício democrático.

Em primeiro lugar, existe uma questão material que não pode escapar à nossa discussão: voltamos a ser um país de miseráveis. Segundo dados coletados e analisados pela série histórica *Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Globais*, o número de pessoas que passaram fome no Brasil em 2021 foi o dobro daquele de 2014.

Tal flagelo apresenta nuances que expõem outros aspectos da desigualdade. O número de mulheres em situação de fome e/ou insegurança alimentar foi o dobro daquele dos homens, e o da classe trabalhadora na informalidade, três vezes maior que os números para trabalhadores formais.

E há outros resultados aviltantes. Os 20% mais ricos da população brasileira têm dados de fome iguais àqueles de países como a Suécia (em torno de 5%), ao passo que os 20% mais pobres equiparam-se a países como Serra Leoa (com índices de fome em torno de 77% da população).

Ao compilar os dados da seção "igualdades" da pesquisa, a revista *Piauí* retoma a formulação do economista Edmar Bacha, que, nos anos 1970, valeu-se do termo "Belíndia" (Bélgica + Índia) para retratar a desigualdade abismal em nosso país. Quase meio século depois da formulação, a desigualdade segue como uma estrutura fundante da nossa sociedade.

O segundo ponto a ser discutido diz respeito à forma como a operação discursiva do bolsonarismo ganha espaço. Vladmir Safatle (candidato a deputado federal pelo PSOL) é expoente de um setor da intelectualidade que tem construído a seguinte compreensão: o bolsonarismo representa (e se apropria de) um discurso de ruptura institucional que se contrapõe há quase duas décadas de políticas conciliatórias organizadas por governos de centro-esquerda, e é produto dessas conciliações.

Em uma espécie de continuidade do movimento integralista do início do século passado, o discurso radical do bolsonarismo vale-se do antagonismo e do conflito social para organizar seu polo político. No campo de esquerda, por outro lado, não parece haver esforço da hegemonia, mesmo com a experiência social e política evidenciando que parcela expressiva da população clama por radicalização e foi cooptada – de forma mais pronunciada, desde 2013 – pelo setor que compreendeu isso.

Essa manipulação discursiva pôde ser vista, recentemente, quando a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, em discursos assemelhados aos dos cultos evangélicos, valeu-se de um léxico religioso para declarar que as eleições de 2022 representam a "guerra do bem contra o mal". Acenando à base neopentecostal, ela incorreu em terrível racismo religioso ao insinuar que Lula estaria fazendo "pacto com o demônio" encontrando-se com religiosos de matriz africana.

Por fim, Paulo Guedes, em evento realizado com investidores do mercado financeiro, disse ter "violado o teto de gastos, mas com responsabilidade fiscal". Tal fala é significativa e didática. O mito da "austeridade fiscal", projeto neoliberal encabeçado por Guedes, vê falta de dinheiro e problema de balanço contábil apenas quando o que está em pauta é a estruturação de um Estado capaz de amenizar a miséria e o mal-estar da população. Se o alocamento dos recursos visar uma manobra eleitoral (PEC Kamikaze) e aumento de popularidade com setores beneficiados (caminhoneiros e taxistas, por exemplo), vale tudo.

Bolsonaro manipula um desejo legítimo por mudanças radicais/estruturais na sociedade brasileira e alimenta uma postura fascista. Michelle manipula a fé e a crença do eleitorado para produzir pânico moral e desinformação. Guedes, por sua vez, tranquiliza a burguesia e manipula o discurso e a política econômica para que a desigualdade siga como matriz formal do País.

Estes parecem ser os três principais setores da base bolsonarista. Nosso trabalho deve ser identificá-los e entender como foram cooptados por nossos inimigos. Os dois primeiros setores estão repletos de consciências que devem ser disputadas. Já o terceiro tem interesses inconciliáveis com outro projeto possível de país, e é, portanto, um inimigo com o qual as aproximações e alianças continuarão a produzir profundos problemas políticos no futuro. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

A garimpeira do agora

MÚSICA Em *Contemporâne@*, álbum marcado pela presença de novos compositores, Fernanda Porto, ex-adepta das batidas eletrônicas, mergulha no formato piano e voz

POR SÉRGIO MARTINS

No início de 2020, enquanto a pandemia de Covid-19 obrigava o mundo a se recolher, a cantora, compositora e instrumentista Fernanda Porto punha fim a um longo período de recolhimento artístico.

Corpo Elétrico e Alma Acústica, primeiro álbum da intérprete em uma década – o último lançamento tinha sido *Autorretrato* (2009) –, foi lançado em formato de *singles* a partir de abril de 2020. O trabalho, como o próprio título explica, fazia uma combinação entre as duas linguagens musicais.

Nesse mesmo ano, ela colocou de pé um segundo projeto: *Contemporâne@s*, voltado para as redes sociais. Toda semana, a artista traria uma releitura dos compositores da nova geração da música brasileira.

De uma conversa com o DJ e produtor Zé Pedro nasceu a ideia de transformar as *lives*-homenagem em álbum

Após uma década. O lançamento reconduz a artista a um posto privilegiado no cenário musical do Brasil atual

completo, no formato piano e voz – um sonho antigo de Zé Pedro, fã da voz de Fernanda. *Contemporâne@* (agora no singular), que chegou às plataformas de *streaming* no mês passado, reconduz a artista a um posto privilegiado no cenário musical atual.

"A proposta desse disco é mostrar as canções em seu aspecto mais puro. Voz e piano é um formato em que tudo fica transparente: melodia, harmonia, letra e a forma da canção", diz ela a *CartaCapital*. "Acredito que isso empresta uma atemporalidade às canções e reafirma a sua qualidade original. A música defende-se com o mínimo de adereços, provando ser forte o suficiente para se perpetuar."

Contemporâne@ reúne dez canções de autores como Jão, Bárbara Eugênia, Mahmundi e César Lacerda, entre muitos outros, além de uma composição inédita de Arthur Nogueira. "Fernanda é uma cantora que marcou a minha geração. Quando soube do projeto, perguntei se poderia tentar fazer uma canção para ela. Queria provar o quanto ela importava para a minha música", diz Nogueira, criador da singela balada *A Vida Não É Bela*.

Fernanda Porto é uma intérprete de seu tempo e sempre achou as horas certas para mostrar seu trabalho. Quando surgiu, no início da década de 1990, foi erroneamente despejada no rol das cantoras "ecléticas", que, na visão de parte da crítica, seguiriam os passos da sensação Marisa Monte – nesse cesto foram colocadas ainda as iniciantes Cássia Eller e Zélia Duncan.

Fernanda preferiu então o recolhimento. Surgiria novamente, de maneira plena, na década seguinte, ao divulgar um amálgama entre a MPB e o *drum'n'bass*, gênero de música eletrônica que era a sensação das boates inglesas daquele período. Canções como *Sambassim* e a versão de *Só Tinha de Ser Com Você*, de Aloysio de Oliveira e Tom Jobim, fizeram com que *Fernanda Porto* (2002), seu disco de estreia, pela Trama, se tornasse um dos campeões de venda da gravadora.

Fernanda conta hoje que, já naquele período, acalentava o sonho de criar um disco mais acústico. Ainda na primeira década dos anos 2000, a artista adicionaria ao repertório composições com influência da nova música pernambucana. *Baque Virado*, inspirada na sonoridade de grupos como Nação Zumbi, é um exemplo desse flerte.

No mesmo período, ela fez Chico Buarque trafegar pelo *drum'n'bass* numa versão de *Roda Viva*, gravada para a trilha sonora do filme *Cabra-Cega* (2004), de Toni Venturi. Em *Contemporâne@*, seu olhar se volta para a produção atual.

"É sempre um prazer ouvir novas versões das minhas músicas. Me sinto muito feliz", diz o cantor Jão, sobre a presença de sua *Olhos Vermelhos* no repertório de *Contemporâne@*.

A proposta artística de Fernanda vai além da simples recriação: ela procura é deixar as canções serem contaminadas por seu próprio universo. E o que acontece com *Olhos Vermelhos* é um bom exemplo desse percurso. Na voz de seu autor, a canção soa como uma balada sertaneja – a popular "sofrência". Fernanda não se aparta da dor da criação original, mas, com seu toque de formação erudita ao piano, empresta à composição uma melancolia mais discreta.

Já no caso de *O Amor se Acabou*, de Bárbara Eugênia, que trazia no DNA a música brega dos anos 1970, a transmutação foi em direção ao *blues*. *Por Que Você Mora Assim Tão Longe?*, de César Lacerda, é uma das poucas versões próximas da original.

"Quando gosto de uma canção a ponto de cantar e tocar, ela se torna fundamental no repertório, ainda mais quando se trata de trabalhar com linguagens de novos autores", diz Fernanda. "É um convite irrecusável para mim. E o piano é como que meu parceiro nesse processo de desenvolver essas canções na minha voz."

A ideia de jogar luz sobre a nova produção autoral deu-se cinco anos atrás, quando a cantora foi convidada para atuar como apresentadora em um programa de televisão. O projeto não vingou, mas Fernanda enamorou-se de diversas composições enviadas para a produção. Na construção de *Contemporâne@*, isso tudo foi mesclado à lista proposta por Zé Pedro.

O resultado é um disco que recupera uma tradição brasileira, que são os projetos de piano e voz, mas agora voltada aos novos compositores – muitos dos quais ainda não tiveram grandes oportunidades para mostrar seus talentos.

"Considero os últimos dez anos muito significativos para a nova música brasileira", diz a pianista e intérprete que é, cada vez mais, também uma garimpeira. "Vejo essa geração com uma força diferenciada e expressiva em termos de qualidade e diversidade." •

"A proposta desse disco é mostrar as canções em seu aspecto mais puro", diz a intérprete

MILENA ROSADO

Um *thriller* real no reino de Putin

The Observer Em *Ordem de Bloqueio*, Bill Browder, ex-bilionário da oligarquia russa, relata perseguições e assassinatos

POR ANDREW ANTHONY

No que diz respeito às relações ocidentais com Vladimir Putin, Bill Browder fez o papel do canário na mina de carvão – neste caso, mais apropriado seria dizer na mina de ouro. Formado pela Escola de Administração de Stanford, o escritor chegou em Moscou no fim dos anos 1990, após uma temporada em Londres, decidido a fazer fortuna.

Como detalhou em seu livro anterior, *Aviso Vermelho,* foi exatamente o que fez. Montou a Hermitage Capital Management, com a ajuda do bilionário Edmond Safra, de Mônaco, que acabaria por morrer em um incêndio causado por um de seus empregados.

Aquela foi uma época de especulação selvagem: os ativos estatais pós-soviéticos eram vendidos a baixo preço e, com isso, criou-se uma oligarquia venal. As disputas de negócios eram, geralmente, resolvidas à bala, e a expectativa de vida dos banqueiros foi radicalmente reduzida.

Quando Putin chegou ao poder, na véspera de ano-novo de 1999, prometendo acabar com a corrupção, Browder sentiu-se aliviado. E continuou, nos três anos seguintes, apoiando Putin.

Nesse período, Browder fez fortuna, transformando o Hermitage no maior investidor em carteiras estrangeiras na Rússia. Sua grande inovação foi o ativismo dos acionistas, que passaram a visar práticas corruptas em algumas grandes empresas, como a Gazprom. Com isso, o preço das ações subiu.

Mas então, em 2003, Putin prendeu Mikhail Khodorkovsky, à época o oligarca mais rico da Rússia, e, em vez de se opor à corrupção, começou a pressionar a oligarquia – que passou a se sentir devidamente intimidada. Esse movimento significou o fim das ações frenéticas de Browder e sua deportação, em 2005.

ORDEM DE BLOQUEIO

Bill Browder. Tradução: Alexandre Raposo, Cláudia Belhassof e Paula Diniz. Intrínseca (336 págs., 69,90 reais)

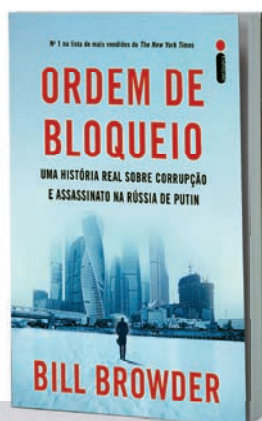
Dezoito meses depois, os escritórios do Hermitage foram invadidos pelas autoridades russas e sua papelada foi confiscada. Os documentos foram usados por autoridades do Ministério do Interior para encenar um esquema de dedução de impostos de 230 milhões de dólares.

Essas mesmas pessoas culparam Browder pelo golpe. E quando seu advogado, Sergei Magnitsky, denunciou as autoridades responsáveis pela fraude, elas o prenderam.

Detido por quase um ano sem acusação, Magnitsky morreu alguns dias antes de ser libertado. Segundo Browder e investigadores independentes, ele foi espancado até a morte por carcereiros.

A partir daí, Browder, britânico naturalizado, radicado em Londres, dedicou-se a fazer justiça para seu amigo, principalmente realizando *lobby* pela Lei Magnitsky, que autorizava o governo dos Estados Unidos a punir infratores dos direitos humanos e congelar seus bens. Uma lei semelhante foi promulgada em 33 países, incluindo o Reino Unido e a União Europeia.

No entanto, uma vez aprovada, a Lei Magnitsky permaneceu quase sem uso. Só depois da invasão russa à Ucrânia as autoridades do Reino Unido passaram a notar o predomínio de bilionários russos corruptos que lavavam dinheiro em Londres. Como Browder nos informa no final do livro, a maior parte dos 230 milhões de dólares do golpe fiscal chegou à Grã-Bretanha.

As autoridades locais não fizeram nada a respeito. Mas as autoridades russas, sim. Visando Browder. O financista viu-se envolvido em um caso, nos EUA, contra uma empresa russa, de fachada, que havia usado parte dos 230 milhões de dólares roubados para comprar propriedades em Nova York.

TOMAS ONEBORG/SVD/TT NEWS/AFP

Narrativa do medo.
O financista detalha um golpe de 230 milhões de dólares

Browder, como lemos no recém-lançado *Ordem de Bloqueio: Uma História Real Sobre Corrupção e Assassinato na Rússia de Putin* também foi alvo de uma série de mandados de prisão da Interpol e chegou a ser preso em Madri. Ele narra que, em princípio, não tinha certeza se os policiais espanhóis eram reais ou agentes russos disfarçados. Depois, temeu ser extraditado para Moscou.

Por mais aterrorizante que esse incidente possa ter sido, ele empalidece diante de outro momento do livro, em que Browder relembra a cúpula de Helsinque, em 2018. No encontro, Putin, do nada, se oferece para trocar alguns agentes de inteligência russos por Browder e, numa entrevista conjunta, Trump disse achar "a oferta incrível".

Browder estava então de férias em sua casa, no Colorado, e imaginou a chegada de furgões pretos do serviço secreto que o levariam para Moscou, onde enfrentaria um julgamento fraudulento e uma morte misteriosa atrás das grades.

Trata-se de uma história incrível, contada com ritmo intenso e verve de *thriller*. Há algo profundamente ofensivo ao nosso senso de justiça quando um homem inocente é enquadrado por forças poderosas. É um medo que Dumas e Hitchcock usaram com efeito dramático. O mais preocupante aqui é ver como o *establishment* ocidental tem sido leniente com as mentiras e os crimes russos.

Advogados, políticos e os idiotas úteis foram recrutados com sucesso para a causa russa, seja por meio de incentivo financeiro, suborno, sentimentos bovinos anti-Ocidente ou, talvez, por pura complacência.

Representantes de todos esses grupos aparecem neste livro por meio do qual sabemos que testemunhas da corrupção russa morrem em circunstâncias bizarras, caindo de telhados ou sofrendo súbitos ataques cardíacos. Há também envenenamentos, ameaças, intimidações e toda a gama de truques sujos.

Ao longo de tudo, Browder permanece surpreendentemente otimista e resoluto. Talvez a história de um homem muito rico enfrentando o Estado russo pareça indulgente ante o pesadelo que se desenrola na Ucrânia. Mas são eventos relacionados. Como o livro deixa claro, demoramos demais para reconhecer a verdadeira natureza do regime que os conecta. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

A raiz do mal

RESENHA O *Populismo Reacionário* é uma radiografia da ascensão bolsonarista e um alerta sobre o futuro

POR HELIO CANNONE*

O uso do conceito de populismo para analisar personagens e governos da política brasileira não é em si uma novidade. Apenas como exemplo podemos citar a abordagem de Francisco Weffort, que o aproxima da definição marxista de bonapartismo, ainda no fim dos anos 1960. As variações na definição do conceito e seu caráter eminentemente negativo chegaram a resultar em crítica bem-humorada do cientista político César Guimarães, em texto publicado em 2001: "O populismo, que sobre ser tão complexa questão conceitual, é também política popular de que não se gosta".

Todavia, o populismo nunca foi objeto exclusivo de políticos e cientistas sociais brasileiros. Também o cientista político norte-americano Robert Dahl havia dedicado um capítulo para a discussão em seu *Prefácio à Teoria Democrática*, de 1956. Com o avanço mundial de personalidades como Donald Trump, Recep Erdogan e Jair Bolsonaro, a preocupação presente na produção intelectual internacional, ao menos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, ganhou centralidade como forma de entender as transformações recentes na democracia e explicar a percepção de crise no sistema liberal posterior à queda do Muro de Berlim. É nesse conjunto de esforços que se insere *O Populismo Reacionário: Ascensão e Legado do Bolsonarismo*, dividido em uma introdução, quatro capítulos e conclusão, no qual se faz uma radiografia de como o populismo reacionário chegou ao poder, quais são seus objetivos e quais são as alternativas em um cenário no qual a reeleição pode não acontecer.

O livro foi escrito pelos cientistas políticos Christian Lynch e Paulo Henrique Casimiro, ambos professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O opúsculo parte de uma definição do populismo como um modelo de representação política presente em sociedades massificadas, que dispensa a mediação de instituições e é praticado por uma liderança carismática que afirma representar a maioria. Nessa definição, os autores acompanham não só a discussão internacional clássica de Robert Dahl, mas a somam com outras recentes, como a de Nadia Urbinati e Pierre Rosanvallon. Contudo, a grande contribuição do livro ao debate público está menos pelo uso do conceito de populismo e mais pela sua junção com o qualificativo "reacionário".

O POPULISMO REACIONÁRIO: ASCENSÃO E LEGADO DO BOLSONARISMO

Christian Lynch e Paulo Henrique Casimiro. Editora Contracorrente (100 páginas, 54 reais)

Se é verdade que o populismo frequenta tanto os debates acadêmicos quanto as discussões da esfera pública, o mesmo não pode ser dito sobre o reacionarismo. Fora das discussões especializadas, ele é corriqueiramente definido como sinônimo de conservador ou retrógrado, sem grande atenção para com o seu significado específico. Tendo em vista que a forte preocupação do livro é abordar o fenômeno político do bolsonarismo por meio da discussão sobre ideologias e imaginação política, os autores ocupam-se em descrever o reacionarismo, em linguagem acessível. Para os autores, ele seria uma vertente radical do pensamento conservador, que não estaria preocupado em preservar instituições cujo tempo teria aperfeiçoado, mas destruí-las, a partir de uma utopia que projetaria em um passado ideal a idade de ouro. No caso dos contrarrevolucionários franceses, ela seria a Idade Média europeia, dada pela supremacia da Igreja e uma noção forte de hierarquia social. Em nossa cor local, o reacionarismo seria inspirado em um ideal colonial bandeirantista, predador e avesso ao controle estatal de seus instintos. Ao mesmo tempo, a ditadura é percebida como época de ordem e de salvação nacional diante da ameaça co-

Não basta tirar a faixa deste senhor

MARCELO CAMARGO/ABR

munista. O bolsonarismo seria, então, produto dessa dupla inspiração.

A grande contribuição de *O Populismo Reacionário* para o debate público é o de apresentar ao leitor, por uma linguagem relativamente simples, como a forma de pensar do bolsonarismo mobiliza sua ação política. Entretanto, eles não se desviam da tarefa de explicar a partir dessa abordagem como ele chegou ao poder. Para tal, apontam em que sentido o liberalismo judiciarista alimentado pela Operação Lava Jato e o neoliberalismo de feição darwinista social teriam visto em Jair Bolsonaro o representante de suas agendas anticorrupção e contrária à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Para eles, os protestos de 2013 foram o sintoma de uma mudança de ares ao conservadorismo. O desfecho foi a eleição da possibilidade mais à direita, graças ao auxílio de técnicas populistas de propaganda nas redes sociais, importadas dos Estados Unidos e coordenadas pelos filhos do presidente.

No governo, o que teria sido levado à frente seria uma agenda de destruição, guiada por um líder populista reacionário, cuja intenção não era administrar ou governar, mas fazer valer seus interesses pessoais e familiares. Para Lynch e Casimiro, isso não se explicaria só pelo interesse econômico, mas pelo fato de o reacionarismo ser uma vertente de pensamento político no qual não existiria divisão entre público e privado. Ao contrário, nela os valores familiares deveriam guiar a sociedade. Nessa empreitada, o populismo reacionário conta com apoio de militares que auxiliam na inspiração de Bolsonaro na ditadura e no seu anticomunismo difuso, ampliado para qualquer forma de pensamento à esquerda da deles próprios. Os neoliberais tiveram, por sua vez, a incumbência de realizar a agenda econômica. Todavia, a aproximação com o Centrão teria esvaziado a realização da ortodoxia econômica em detrimento da compra de parlamentares que impediriam o *impeachment* do presidente.

A conclusão do livro é um alerta. A intenção do populismo reacionário bolsonarista é minar as instituições construídas na Nova República e os procedimentos mais basilares. O governo Bolsonaro deu posição privilegiada para isso, mas sua provável derrota eleitoral – mesmo na ocasião de o resultado das urnas não ser questionado – não significará seu desaparecimento como força social ou como vertente reacionária do pensamento político brasileiro. Assim, sua contenção não será o fim da luta pela volta da normalidade, mas a necessidade de continuar o combate. •

**O autor é doutor em Ciência Política pelo Iesp-Uerj, pós-doutorando no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.*

Em campo, os acadêmicos

▶ Ao receber a encomenda, pensei serem quatro livros. Mas, ao abrir o pacote, vi que era um único volume, tipo uma Bíblia Sagrada para quem ama futebol

Comecei, finalmente, a ler *O Futebol Brasileiro nas Ciências Sociais*, organizado pelos pesquisadores Sérgio Settani Giglio e Marcelo Weishaupt Proni (Editora Unicamp), que recebi há algum tempo.

Quando a encomenda chegou, pensei serem quatro livros, dado o peso. Mas, ao abrir o pacote, vi que era um único volume, tipo Bíblia, de assustar. Assim que iniciei a leitura, vi que é, de fato, uma Bíblia Sagrada para quem quer se orientar, a partir da pesquisa acadêmica na área das ciências humanas, no intrincado mundo do nosso futebol. O livro reúne um conjunto de autores de peso, vindos de áreas distintas, que assinam nada menos que 42 textos.

E está dividido em oito partes: política, história, sociologia, antropologia, comunicação e literatura, outras áreas (que inclui o tema do futebol-empresa, que tenho frequentemente abordado aqui), gênero, torcidas e racismos e, por fim, uma parte chamada prorrogação, na qual é abordada a polêmica sobre o VAR e suas consequências no futebol.

Maior ainda do que quando vi o texto sobre o VAR foi meu entusiasmo ao ler, na apresentação, que a Copa de 82, na Espanha, serviu de inspiração para a coletânea, e ao ver referenciados dois trabalhos acadêmicos fundamentais: o brilhante texto *O Futebol Brasileiro Instituição Zero* (1977), dissertação de mestrado da antropóloga Simoni Lahud Guedes, e *Os Gênios da Pelota: Um Estudo do Futebol Como Profissão* (1980), também uma dissertação, do historiador Ricardo Augusto Benzaquen de Araújo.

A emoção voltou a bater quando, nesse mesmo texto de apresentação, li sobre o desinteresse do meio acadêmico pelo futebol e sobre o quanto, na década de 1980, "esse estranhamento começava a ser expurgado" a partir do livro *História Política do Futebol Brasileiro* (1981), de Joel Rufino dos Santos, amigo que me faz muita falta. Joel fez parte do movimento Nova História do Brasil, formado por um grupo ligado ao Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb).

Já sei que vou ter de comunicar aos meus amigos peladeiros e sambistas que, nos próximos tempos, terei de me afastar ou, pelo menos, faltar em alguns encontros. Estarei, certamente, mergulhado de cabeça nesse universo que tanto me mobiliza.

Meu plano é começar, de forma disciplinada, pela primeira parte que, de cara, trata da recíproca negação entre o futebol e a política, tentando "compreender as diferenças e as proximidades". O autor deduz: "Futebol é política, mas são corpos distintos".

Emendo, nas reflexões dos pesquisadores, duas perguntas. O futebol é lazer para o torcedor e profissão para o jogador? Existem torcedores profissionais?

Encerrada a parte inicial, tenho a intenção de pular, imediatamente, para a de economia, que aborda esse tema que tanto me instiga: o futebol-empresa. Uma das coisas que me deixam cismado nesse assunto é o avanço dos estadunidenses no esporte.

Fico pensando que esse interesse vem de longe. Henry Kissinger, fã declarado de Pelé, foi responsável pela ida do Rei para os Estados Unidos.

Agora é City por todos os lados. Fora os árabes do petróleo e os russos do gás. Mas lá vamos nós.

Outro dia, falei da sensação horrível de querer deixar de assistir ao futebol profissional, depois de acompanhar alguns jogos que mais pareciam guerras. A tônica dos jogos tem sido, infelizmente, de trombadas, choques desencontrados e traumatismos.

Apesar disso, também temos tido, dentro do campo, boas razões para não desanimar. Darei três exemplos de craques que bastam para manter a nossa ilusão: Ganso, no Fluminense, Scarpa, no Palmeiras, e Arrascaeta, no Flamengo. O brilho da lucidez desses três atletas compensa qualquer desencanto.

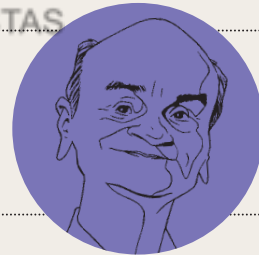
A fluidez com que o Ganso desliza faz jus ao apelido. Ele transforma o campo numa lagoa e a si mesmo em um cisne. A falta cobrada pelo Scarpa no jogo do Palmeiras contra o Atlético, em Belo Horizonte, foi uma preciosidade.

Por fim, o passe de Arrascaeta para a finalização de Pedro, na vitória do Flamengo no jogo de volta contra o Corinthians, foi uma obra-prima digna de ser repetida à exaustão. O uruguaio está em "estado de graça".

E o melhor de toda essa história é que os três, juntos, não pesam sequer um dos brutamontes fabricados às dezenas. Sem deixar de considerar que a força é um atributo importante no futebol, seguirei repetindo: a arte vem em primeiro lugar.

Ficha Técnica
O Futebol Brasileiro nas Ciências Sociais. Sérgio Settani Giglio e Marcelo Weishaupt Proni (Orgs.). Editora Unicamp (800 págs., 88 reais). •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Sexo mais seguro?

▶ Uma dose única de um antibiótico, tomado até 72 horas depois da relação, reduz o risco de infecções bacterianas sexualmente transmissíveis

Na Conferência Internacional de Aids, que aconteceu em Montreal no último 24 de julho, foi apresentado o estudo doxyPEP, realizado nas cidades americanas de São Francisco e Seattle. E o que ele mostra é o efeito de uma dose única de um antibiótico na redução do risco de infecções bacterianas sexualmente transmissíveis.

Em 2015, foi publicado um pequeno estudo, feito entre 15 homens infectados pelo HIV, que faziam sexo com outros homens. Todos tinham comportamento sexual que os colocava em risco alto para a contração de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Ao lado do tratamento antirretroviral, os 15 passaram a receber o antibiótico doxiciclina como estratégia de profilaxia pré-exposição (PrEP).

Comparados com outros 15 homens com características semelhantes, mas que não receberam o antibiótico (grupo controle), 48 semanas mais tarde, o grupo tratado apresentou redução significativa do risco de desenvolver sífilis, Chlamydia e gonorreia, as três infecções bacterianas sexualmente transmissíveis mais frequentes.

Em 2018, foi conduzido um estudo na França com a mesma ideia, mas com outra estratégia: a PEP, profilaxia pós-exposição, na qual o antibiótico foi administrado em até 72 horas depois das relações sexuais, sem o uso de preservativo. Houve redução de 70% no risco de contrair Chlamydia e de 73% no de adquirir o treponema da sífilis.

Esses estudos, com números pequenos de participantes, foram considerados "pilotos" para a elaboração do atual em São Francisco e Seattle, que envolveu 544 participantes, na maior parte homens que fazem sexo com homens, mas também algumas travestis e pessoas de outros gêneros. Em comum, todos tinham estilos de vida que aumentavam o risco de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs).

Dois em cada três participantes seguiram protocolo semelhante ao do estudo francês: um comprimido de doxiciclina 72 horas depois da relação sexual desprotegida (grupo doxiPEP). O terço restante serviu de grupo controle (sem antibiótico).

No grupo doxiPEP houve redução de mais de 60% no risco de contrair gonorreia e Chlamydia. Ocorreu também diminuição do risco de sífilis, mas, nesse caso, os números não alcançaram significância estatística.

Numa época em que a prevalência dessas três doenças vem aumentando no mundo inteiro, a administração de dose única de um antibiótico de baixo custo, usado há mais de 45 anos, no tratamento da acne, da doença de Lyme (riquetsiose transmitida pelo carrapato) e na prevenção de malária em viajantes (embora com resultados conflitantes), com efeitos indesejáveis mínimos (desconforto digestivo e aumento da sensibilidade à luz solar), pode ter impacto na transmissão das infecções.

Embora em dose única os efeitos colaterais sejam muito raros, a adoção desse uso preventivo da doxiciclina foi recebida com reações contraditórias pela comunidade científica. Ao lado de entusiastas que comemoram a descoberta de um caminho para reduzir o número de casos dessas doenças há os que se preocupam com o possível aparecimento de uma consequência indesejável: o desenvolvimento de resistência bacteriana.

O emprego de antibióticos em doses baixas provoca a seleção de cepas bacterianas resistentes a eles, fenômeno conhecido há décadas. Na base do mecanismo de resistência está a capacidade das bactérias em transmitir umas às outras os genes responsáveis pela resistência.

Em um comentário publicado na revista *Science*, Christofer Fairley, diretor do Departamento de Saúde Sexual da Universidade Clayton, em Melbourne, considera injustificável correr esse perigo, uma vez que diversos casos de infecção por Chlamydia e gonorreia são assintomáticos, evoluindo para cura sem tratamento.

Esse argumento me parece irrelevante. A sífilis não tratada pode provocar comprometimento ocular, auditivo e cerebral, além de abortamentos e malformações fetais. Sem tratamento, a gonorreia pode causar quadros de artrite e a Chlamydia levar a infecções pélvicas graves, entre outras complicações.

Dispor de uma droga barata, administrada em dose única, nas primeiras 72 horas depois da relação sexual desprotegida, para reduzir o risco de contrair doenças tão graves, talvez compense o risco da resistência bacteriana. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

VENES CAITANO

_Itaú.
8ª melhor empresa do mundo para trabalhar com inovação, segundo a Fast Company.

Em outras palavras:
o Itaú não para.

A Fast Company, um dos principais veículos de inovação no mundo, divulgou uma lista global com os 100 locais de trabalho que mais incentivam e cultivam a inovação. Nós aparecemos na 8ª colocação e somos a única empresa brasileira na lista.

Esse reconhecimento é fruto da forte evolução da nossa plataforma tecnológica para cloud, da implementação do modelo de trabalho ágil em escala e do nosso domínio sobre as novas tecnologias e seus impactos para melhoria da experiência dos clientes.

Pra nós, investir em tecnologia e ser uma empresa cada vez mais inspiradora para inovar é mais do que um projeto: é parte da nossa cultura.

O Itaú não para porque os nossos clientes não param.

EVITAMOS
A EMISSÃO DE
2,8 MIL TONELADAS
DE CO2 POR
ANO TENDO
A MAIOR FROTA
DE CAMINHÕES
ELÉTRICOS DO
BRASIL*

BEBA COM MODERAÇÃO.

OU SEJA:
MENOS POLUIÇÃO
E MAIS ENERGIA
LIMPA.

ESSA INICIATIVA
REPRESENTA
O MESMO QUE
PLANTAR 340 MIL
ÁRVORES POR
ANO.

CONFIRA ESSA
E MUITAS OUTRAS
EM NOSSO SITE:

AMBEV.COM.BR/ENERGIARENOVAVEL

ambev

#PORMAISRAZÕESPARABRINDAR

*Segundo dados de emplacamento da FENABRAVE até junho de 2022. Caminhões operados por parceiros logísticos e 100% dedicados à nossa distribuição.